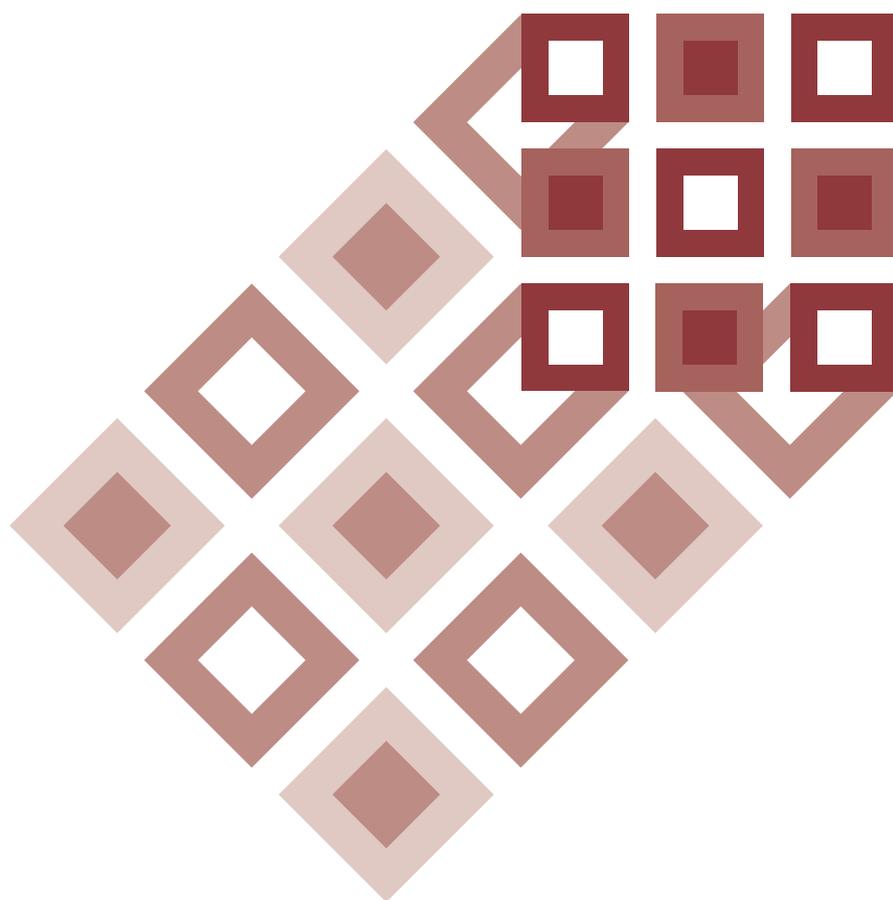


MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS*

RELATÓRIO 2003



DIRECÇÃO-GERAL DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO

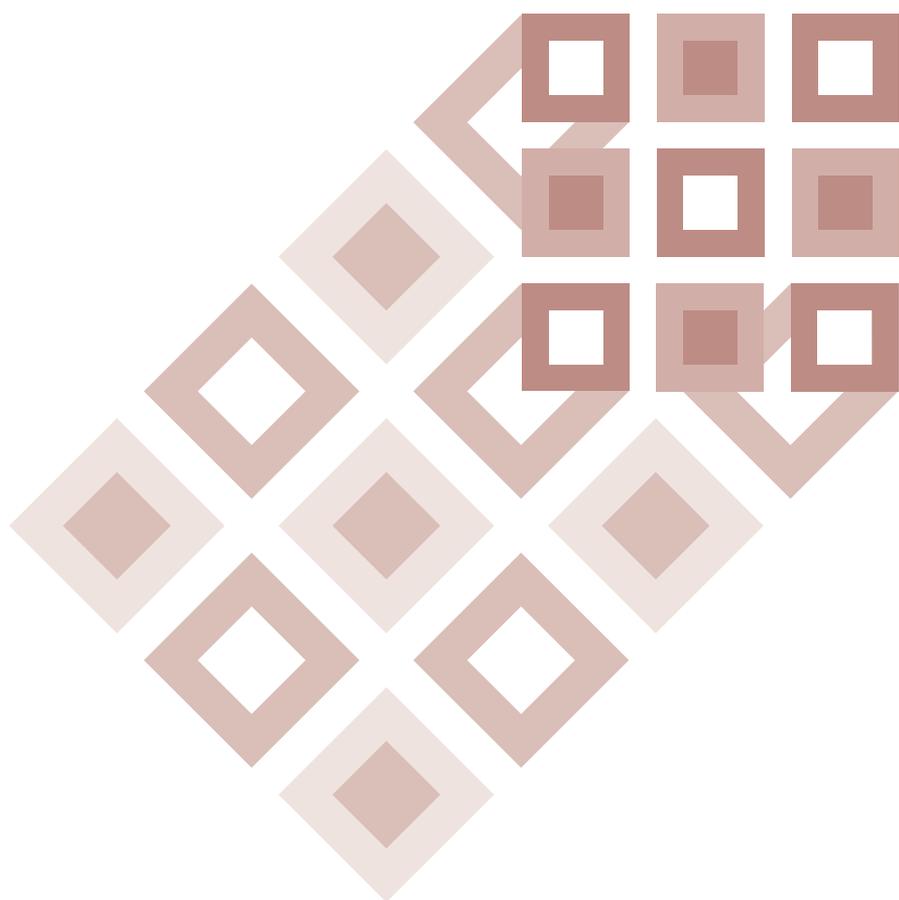
PUBLICAÇÃO CO-FINANCIADA PELO FUNDO SOCIAL EUROPEU

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS*

RELATÓRIO 2003



DIRECÇÃO-GERAL DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO

Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança
Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) / MSSFC

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Relatório 2003

Coordenação de DGEEP/MSSFC

Outras Edições

Plano Nacional de Emprego 1999 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2000 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2001 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2002

Plano Nacional de Emprego 2003

Plano Nacional de Emprego 2004

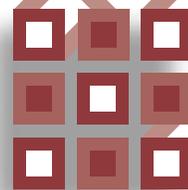
Carta Social – Equipamentos Sociais no Âmbito do MTS (disquete)

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2000 (CD-Rom)

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2001

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2002

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2003



Resumo

Actualmente, a Carta Social consubstancia-se numa base de dados que comporta diversos ficheiros temáticos com a informação mais relevante da rede de serviços e equipamentos, relacionáveis entre si e com referência geográfica ao nível da freguesia.

A actualização desta informação assenta num processo dinâmico (*on-line*), consistindo na recolha e lançamento dos dados por parte dos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de forma a obterem-se os elementos actualizados em tempo real.

Por conseguinte, o relatório que se apresenta elaborado numa perspectiva global, embora, sempre que pareceu útil, tenha sido ilustrado com elementos desagregados ao nível do distrito e concelho, pretende dar a conhecer o comportamento evolutivo dos aspectos mais influentes da rede de serviços e equipamentos, tendo por referência a situação em 31 de Dezembro de 2003.

Abstract

The Social Charter is presently embodied in a database containing several thematic files with the most relevant information on the network of inter-related services and facilities at parish level.

The updating of that information relies on a dynamic process (*on-line*) that consists in the collection and introduction of data by the Solidarity and Social Security District Centres and by "Santa Casa da Misericórdia" of Lisbon in order to get updated data in a due time.

Therefore, the report, which shows a global perspective, although whenever deemed convenient, it has been illustrated with disaggregated data at district and municipality level, is intended to inform about the evolution of the most significant aspects of the services and facilities network, having as a reference the situation by the 31st December 2003.

© Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança
Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP), 2005

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2003
Coordenação de DGEEP

Primeira edição: Fevereiro 2005

Tiragem: **500**

ISBN: 972-704-261-9

Depósito legal: 212 014/04

Coordenação Editorial e de Distribuição:

Centro de Informação e Documentação (DGEEP-CID)

Praça de Londres, 2, 2.º

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 218 441 100

Fax: (+351) 218 406 171

E-mail: depp.cid@deep.msst.gov.pt

Página: www.deep.msst.gov.pt

Impressão e acabamento: Editorial do Ministério da Educação

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,

de acordo com a legislação em vigor, por DGEEP

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP)

Rua Castilho, 24, 2.º, 1250-069 Lisboa

Tel.: (+351) 213 114 900

Fax: (+351) 213 114 949

Página: www.deep.msst.gov.pt

Coordenador do Trabalho: João Gonçalves

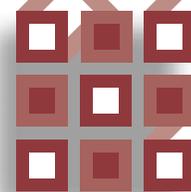
Equipa Técnica: Irene Miralto e José Miguel Nogueira

Apoio Informático: Ana Gil e Paula Espadinha

Colaboração: ISS – Instituto de Segurança Social (MSSFC)

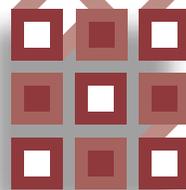
SCML – Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (MSSFC)

CPL – Casa Pia de Lisboa (CPL)



ÍNDICE

1. Nota introdutória	7
2. Caracterização geral da rede de serviços e equipamentos	9
2.1 – Entidades Proprietárias	9
2.2 – Equipamentos Sociais	10
2.3 – Respostas Sociais	13
3. Respostas sociais por áreas de intervenção	15
3.1 – Infância e Juventude	15
3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência	21
3.3 – População Idosa	23
3.4 – Família e Comunidade	26
3.5 – Toxicodependência	28
3.6 – Pessoas infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias	30
3.7 – Outras áreas de intervenção	32
4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público	35
4.1 – Investimentos	35
4.2 – Despesas de funcionamento	37
4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da rede de Serviços e Equipamentos	39
Anexos	41
Nomenclaturas e Conceitos	42



1. Nota introdutória¹

A “Carta Social”, enquanto repositório de informação de carácter social, pretende ser um instrumento de extrema importância no domínio da investigação social, da preparação da tomada de decisão aos diferentes níveis, de apoio à cooperação institucional e, muito em particular, de informação ao cidadão.

A “Carta Social” consubstancia-se numa Base de Dados que comporta diversos ficheiros temáticos com a informação mais relevante da rede de serviços e equipamentos, relacionáveis entre si e com referência geográfica ao nível da freguesia.

A actualização desta informação assenta num processo dinâmico (on-line), consistindo na recolha e lançamento dos dados por parte dos Centros Distritais de Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Casa Pia de Lisboa, de forma a obterem-se os elementos actualizados em tempo real.

O relatório que se apresenta, tem como âmbito o Continente, embora, sempre que pareceu útil, tenha sido ilustrado com elementos desagregados ao nível do distrito e concelho, pretendendo dar a conhecer o comportamento evolutivo da rede de serviços e equipamentos, tendo por referência a situação em 31 de Dezembro de 2003.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, foram utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

2. Caracterização geral da rede de serviços e equipamentos

A caracterização geral da rede de serviços e equipamentos que se apresenta, tem por base, as entidades proprietárias dos equipamentos, os próprios equipamentos segundo a natureza jurídica e ainda as respostas sociais por área de intervenção.

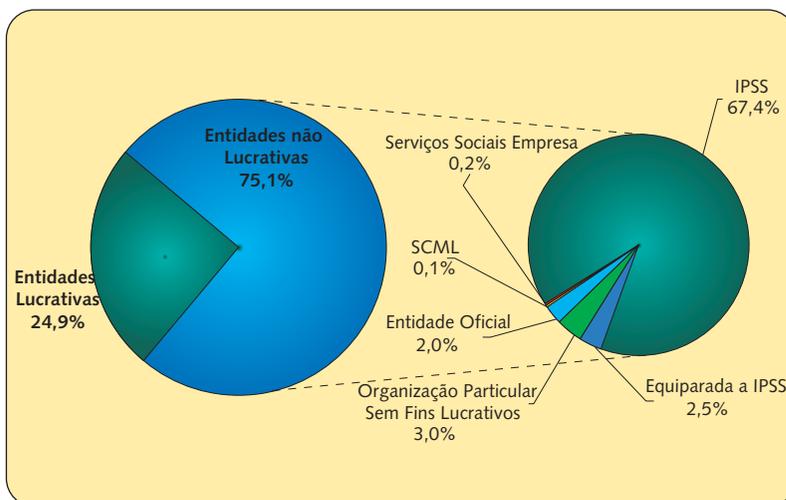
2.1 – Entidades Proprietárias

No âmbito deste relatório entende-se por entidade proprietária, qualquer entidade, individual ou colectiva, detentora ou gestora de equipamentos onde se desenvolvem respostas sociais.

Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2003

Numa análise mais detalhada, uma vez que a “Carta Social” engloba o universo dos equipamentos sociais disseminados pelo Continente, as entidades proprietárias ou gestoras foram classificadas segundo a sua natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. Estas últimas entidades compreendem: Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente designadas por IPSS (Associações e Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, Irmandades das Misericórdias e Associações Mutualistas); Entidades Equiparadas a IPSS (Cooperativas de Solidariedade Social, Casas do Povo abrangidas pelos Despachos 13 799/99 e 17 749/99 e a Cruz Vermelha Portuguesa); Organizações Particulares sem Fins Lucrativos (Fundações, Associações, Casas do Povo e Sindicatos); Entidades Públicas a nível central e local (ISS, Autarquias Locais, Casa Pia de Lisboa e Instituições dependentes de outros Ministérios); Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Serviços Sociais de Empresas.

Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica Continente – 2003



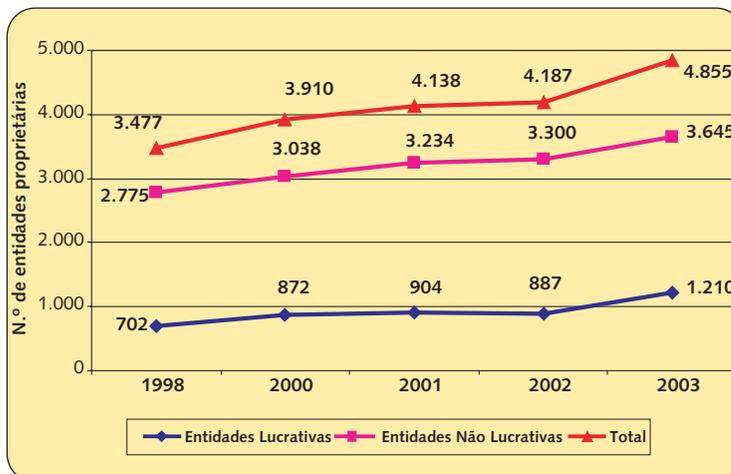
No final do ano de 2003 foram identificadas 4.855 entidades proprietárias de equipamentos sociais, tendo-se registado um crescimento de 15,6% em relação ao ano anterior, que se reflectiu principalmente ao nível das entidades lucrativas, apesar de cerca de 75% do universo continuar a pertencer à rede solidária.

Entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998-2003

Em termos de análise evolutiva, constata-se que o número de entidades proprietárias de equipamentos sociais tem vindo a crescer de uma forma contínua e significativa ao longo do período de referência.

De 1998 a 2003 o crescimento global foi de 39,6% correspondendo a uma taxa de 72,4% para as entidades lucrativas e 31,4% para as entidades não lucrativas.

Evolução do número de Entidades Proprietárias, segundo a Natureza Jurídica Continente 1998-2003

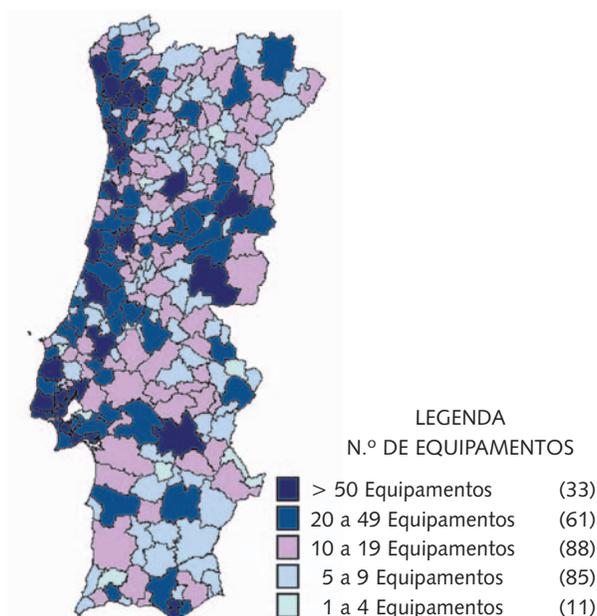


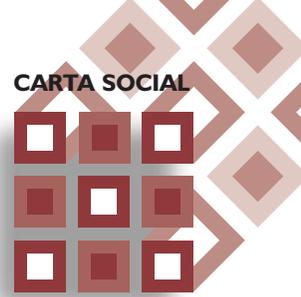
2.2 – Equipamentos Sociais

No âmbito da “Carta Social”, considera-se como equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes como, por exemplo, as amas e as creches familiares, as equipas de apoio social directo para toxicodependentes, ou o apoio domiciliário para pessoas com deficiência, pessoas infectadas com VIH/Sida e idosos.

Todos os concelhos estão cobertos por equipamentos sociais. Apenas 4% detêm até 5 equipamentos, enquanto 11,9% contam com mais de 50 equipamentos, situação idêntica à observada em anos anteriores.

Distribuição espacial dos equipamentos sociais por concelho Ano de 2003

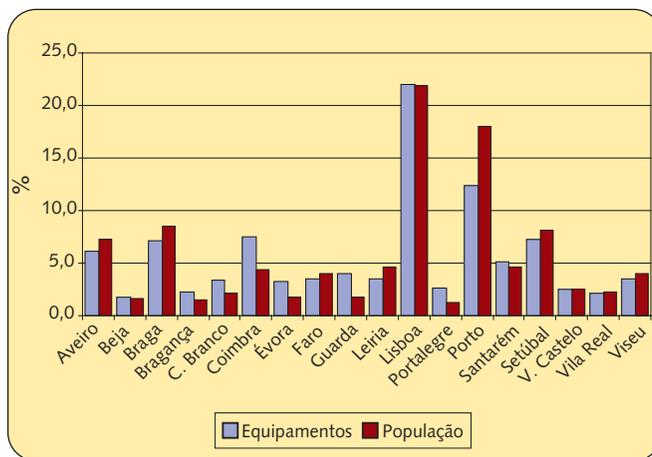




De um modo geral, a concentração de equipamentos sociais tem acompanhado o padrão de distribuição da população no território continental, verificando-se uma grande densidade, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como em toda a faixa litoral a norte da península de Setúbal, tal como nos concelhos sede de distrito.

Comparando a distribuição percentual da população e dos equipamentos sociais em funcionamento por distrito, observa-se que, à excepção do Porto, existe, de uma maneira geral, uma correspondência em termos percentuais.

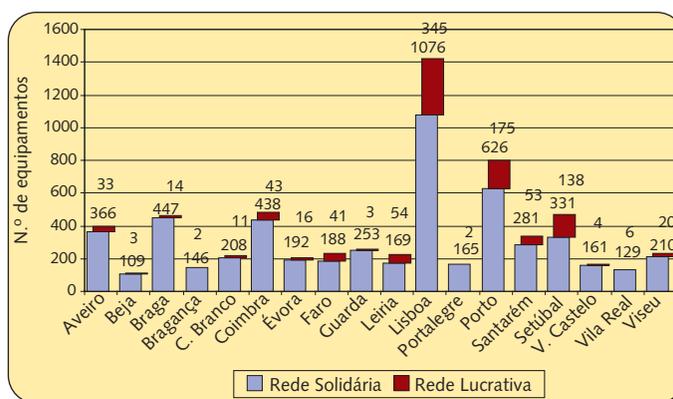
Distribuição percentual dos Equipamentos Sociais e da População Residente por distrito Continente 2003



Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2003

Do total de equipamentos instalados por distrito, Setúbal apresenta a maior percentagem de equipamentos lucrativos em funcionamento (29,4%). Lisboa (24,3%) e Leiria (24,2%), são também distritos onde o peso dos equipamentos lucrativos é mais visível. Por outro lado, nos distritos da Guarda, Portalegre e Bragança só existem praticamente equipamentos afectos à rede solidária.

Número de Equipamentos segundo a Natureza Jurídica da Entidade Proprietária, por distrito Continente 2003

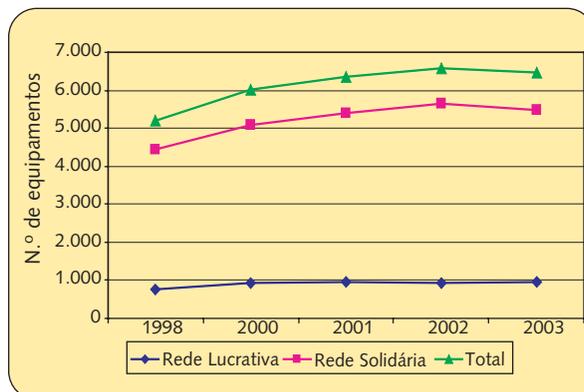


Equipamentos lucrativos e não lucrativos, evolução 1998-2003

À semelhança do observado com as entidades proprietárias, o número de equipamentos sociais em funcionamento no Continente aumentou significativamente de 1998 para 2003 (24,2%), o que corresponde a mais 1.258 equipamentos sociais. Cerca de 85% desses equipamentos pertencem à rede solidária, situação verificada desde 1998.

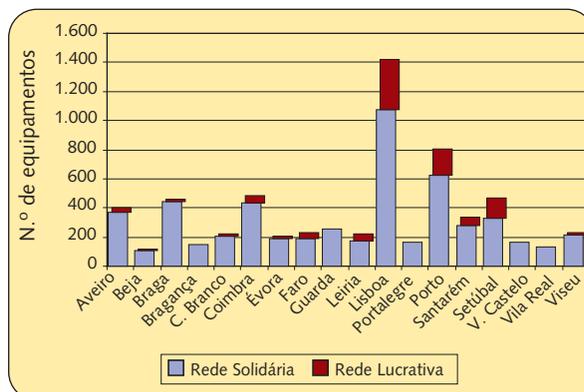
Embora em 2003 se tenha registado uma ligeira quebra do número de equipamentos da rede de serviços e equipamentos, não significa um desinvestimento no sector, devendo-se este facto, essencialmente, ao esforço de afinação e optimização da base de dados da Carta Social.

Evolução do número de equipamentos instalados, segundo a natureza jurídica Continente 1998-2003



Em média, a cada seis equipamentos da rede solidária corresponde um da rede lucrativa.

Equipamentos das redes solidária e lucrativa por distrito Continente 2003



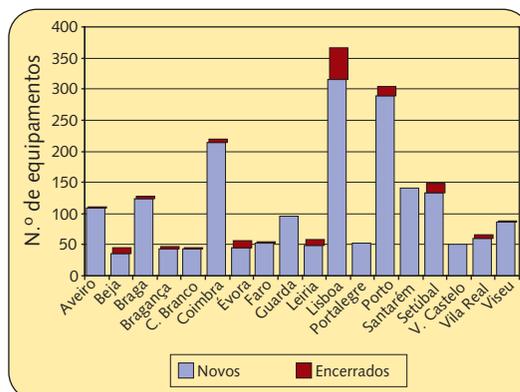
Equipamentos novos e encerrados em 2003

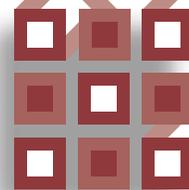
No ano de 2003, o saldo entre equipamentos novos e encerrados é francamente positivo, conforme se demonstra no gráfico correspondente.

Os distritos mais dinâmicos em relação à instalação de novos equipamentos foram Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Setúbal, Braga e Aveiro.

No que respeita ao encerramento de equipamentos destacam-se os distritos Lisboa, Porto e Setúbal.

Equipamentos criados e encerrados por distrito Continente 2003





2.3 – Respostas Sociais

Distribuição espacial das respostas sociais, segundo as áreas de intervenção – situação em 2003

A distribuição espacial das respostas sociais não é uniforme por todo o território continental, acompanhando geralmente a densidade populacional de cada área geográfica.

A maior concentração de valências ocorre nas zonas litoral norte e centro, estendendo-se até à península de Setúbal.

As respostas para as crianças e jovens apresentam uma concentração na área envolvente dos grandes núcleos urbanos, com especial relevo para as capitais de distrito, enquanto que as dirigidas à população idosa, encontram-se disseminadas pelo território.

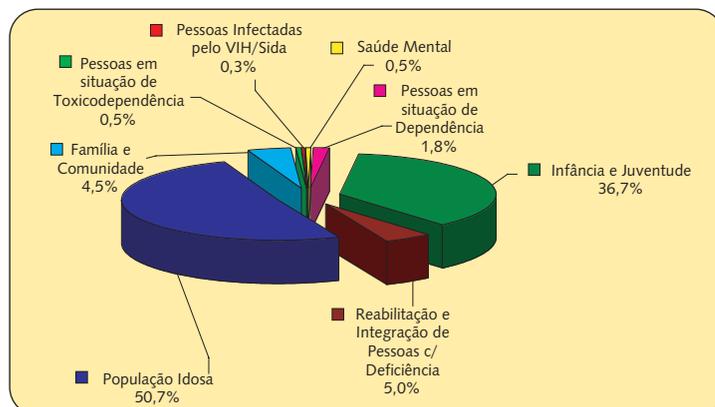
Distribuição espacial das respostas sociais segundo as áreas de intervenção
Ano de 2003



Respostas sociais por áreas de intervenção – situação em 2003

Tal como o observado em anos anteriores, também em 2003, cerca de metade das respostas sociais (50,7%), elegem como público-alvo a população idosa e 36,7% dirigem-se à Infância e Juventude, facto que por si só reflecte o significativo peso destas áreas no investimento social.

Distribuição das Respostas Sociais segundo as Áreas de Intervenção
Continente 2003

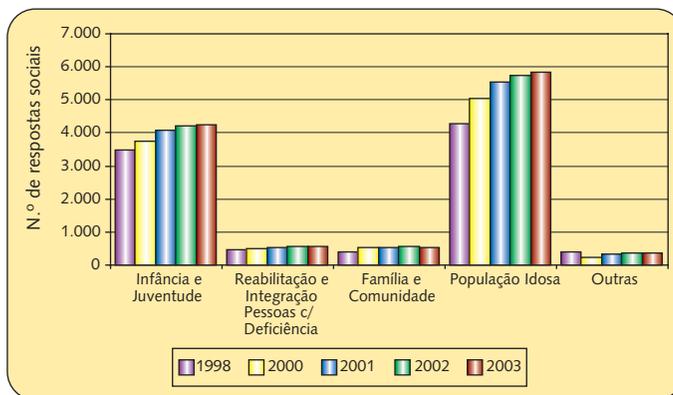


Respostas sociais por áreas de intervenção – evolução 1998-2003

A oferta de respostas sociais aumentou ao longo dos últimos anos para a generalidade das áreas de intervenção. Em relação a 2003, relativamente a 1998, esse crescimento traduziu-se em 28,1% correspondendo aproximadamente a mais 2.500, totalizando assim a existência de 11.530 respostas em funcionamento.

Tendo como referência o ano de 1998, as áreas de intervenção com maior ritmo de crescimento foram as dirigidas à população idosa (36,9%), à família e comunidade (31,7%) e à infância e juventude (21,7%).

Evolução das Respostas Sociais por Áreas de Intervenção Continente 1998-2003

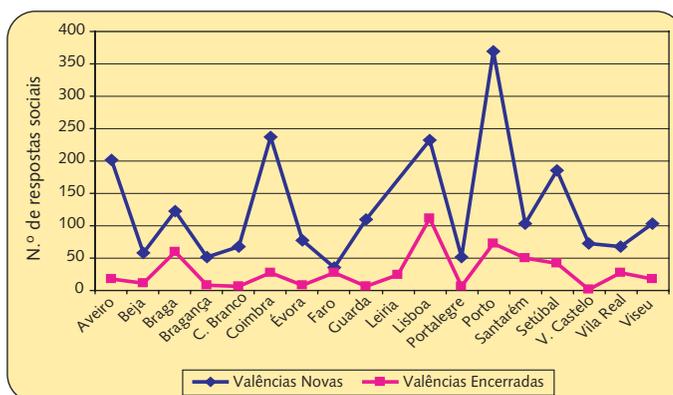


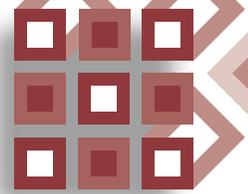
Respostas sociais criadas e encerradas em 2003

Através do gráfico pode observar-se em 2003 a dinâmica das respostas sociais no Continente.

De 2002 para 2003, foram criadas 2.148 respostas sociais e encerradas 526. Comparando o número total de respostas criadas, com as que entretanto encerraram, o saldo observado não deixa de ser positivo. Os distritos de Aveiro, Coimbra, Lisboa, Porto e Setúbal apresentaram um maior dinamismo na criação de novas respostas (cerca de 57%).

Respostas sociais criadas e encerradas, por distrito Continente 2003



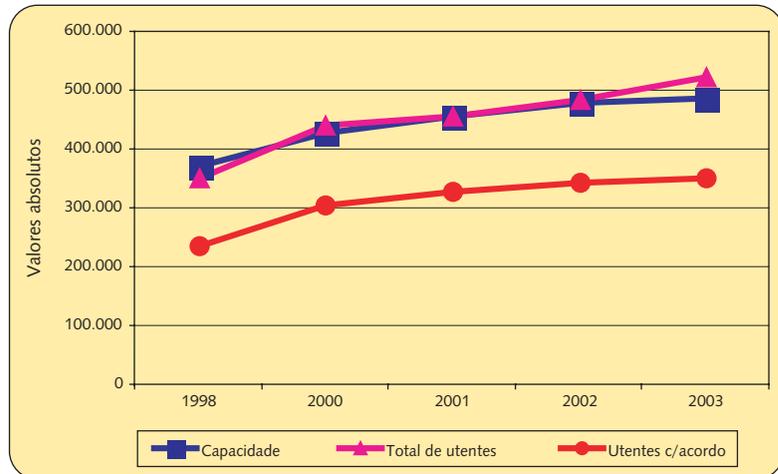


Relação entre a capacidade instalada, número de utentes e utentes com acordo de cooperação, evolução 1998-2003

Ao longo dos anos o reforço da Rede Social, para além de se traduzir no aumento do número de respostas sociais, reflectiu-se também positivamente na capacidade instalada.

Em comparação com 1998, em 2003 a capacidade foi aumentada em 32,9% enquanto que os utentes e os utentes com acordo apresentam um crescimento de cerca de 50%.

Evolução da Capacidade, Utentes e utentes com Acordo de Cooperação Continente 1998-2003



Em termos gerais, observa-se a partir de 2000, a tendência de sobrelotação da rede de serviços e equipamentos sociais com particular relevância em 2003.

Em 2003, 66% da população utilizadora das respostas sociais, dispunha de acordo de cooperação, percentagem esta que será mais elevada se se considerar apenas os utentes da rede solidária.

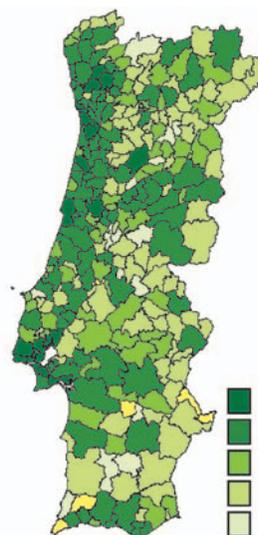
Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Infância e Juventude Ano de 2003

3. Respostas sociais por áreas de intervenção

3.1 – Infância e Juventude

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2003

O mapa seguinte contempla as respostas sociais para crianças e jovens desenvolvidas em equipamentos sociais, não se encontrando cartografadas as valências de Ama que, dadas as suas características, serão tratadas à parte, neste capítulo.



LEGENDA
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

> 50 Respostas	(22)
10 a 49 Respostas	(88)
5 a 9 Respostas	(61)
2 a 4 Respostas	(86)
1 Resposta	(15)
Sem Respostas	(6)

De uma maneira geral os concelhos mais populosos são também aqueles que apresentam maior número de respostas sociais, denotando-se um equilíbrio entre a densidade populacional e a distribuição das respostas.

As valências para a infância e juventude tendem a concentrar-se nas áreas urbanas, em locais próximos da residência, ou do local de trabalho dos pais.

No Continente, apenas seis concelhos não apresentam respostas sociais para esta população-alvo.

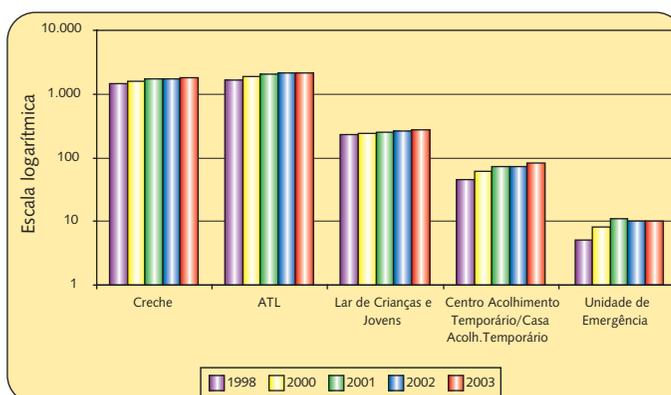
Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2003

De um modo geral, observa-se uma evolução positiva do número de respostas sociais para a área da Infância e Juventude. Desde 1998, e tendo em conta o total das respostas para este público-alvo, o número de valências em funcionamento cresceu 26,1 pontos percentuais.

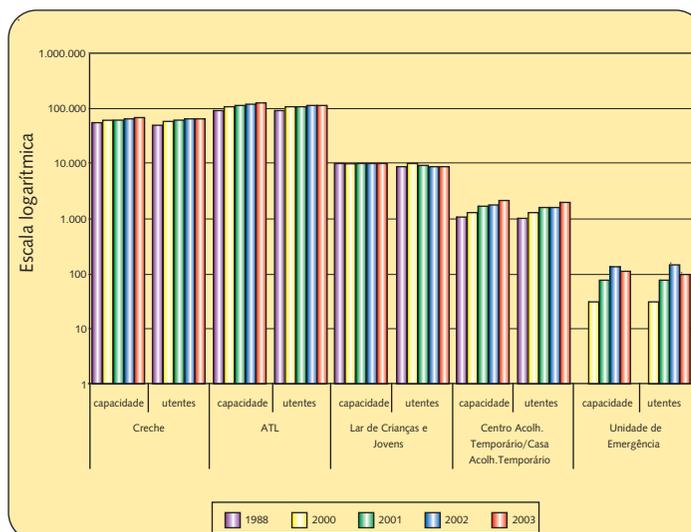
Analisando os dados por resposta social e comparando com o ano de 1998, constata-se que em 2003 o número de Centros de Actividades de Tempos Livres (ATL), subiu 30,2%, aumentando também o número de creches em 20,6% e o número de Lares de Crianças e Jovens em 16%.

As respostas sociais dirigidas às crianças e jovens em situação de risco – Centros de Acolhimento Temporário e Unidades de Emergência – são as que registam um aumento percentual mais acentuado desde 1998, situação que se prende com a sua introdução recente na rede social e com o facto de ainda se encontrarem em fase de expansão.

Evolução das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente 1998-2003



Evolução da capacidade e número de utentes das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente 1998-2003



Em 2003 o número de respostas Centro de Acolhimento Temporário apresentou um crescimento de 13,7 % relativamente ao ano anterior.

O investimento social realizado nos últimos anos na área das Crianças e Jovens em situação de risco reflecte a preocupação com esta problemática.

Em 2003, por comparação com o primeiro levantamento da Carta Social, realizado em 1998, e no conjunto das respostas sociais para a infância e juventude, a capacidade instalada foi reforçada em 43.376 lugares, tendo abrangido mais 36.674 utentes.

No que diz respeito a cada uma das cinco respostas sociais acima identificadas, à excepção dos Lares de Crianças e Jovens, cujo comportamento evolutivo se tem mantido estável, tem-se vindo a registar um incremento tanto da capacidade instalada, como do número de utilizadores.

No tocante às quatro restantes respostas, quer ao nível da capacidade quer do número de utentes, a taxa de crescimento oscila entre os 25% no caso da creche, e mais de 80% nas respostas sociais mais recentes destinadas a acolher crianças e jovens em risco.

Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2003

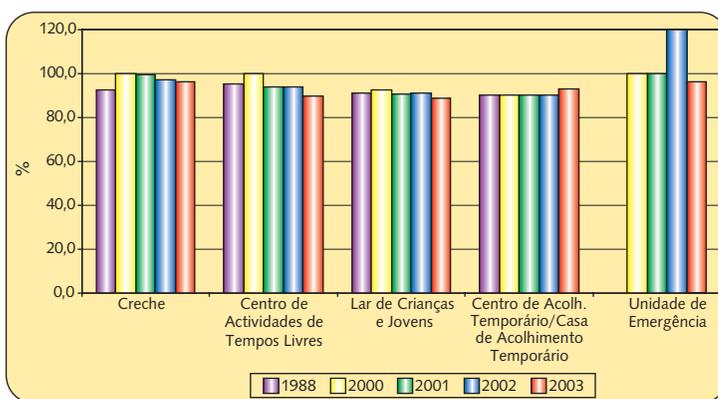
A taxa de utilização (relação entre o número de utentes e a capacidade instalada), em qualquer uma das respostas sociais para crianças e jovens, independentemente do ano de referência, tem sido sempre superior a 90%, o que aponta para uma persistente ocupação, muito próxima do pleno.

Em termos evolutivos (1998-2003), e em geral, constata-se também a inexistência de variações significativas na taxa de ocupação destas respostas.

A Creche continua ser a resposta que ao longo do período de referência tem apresentado uma maior taxa de utilização, ainda que, com a instalação de novas unidades por todo o país, se tenha superado a situação que se verificava em 2000 (sobrelotação). Nos anos subsequentes as taxas de utilização têm continuado bastante elevadas.

Como foi referido no relatório anterior, a sobrelotação observada em 2002, na resposta Unidade de Emergência, deverá ser analisada com prudência, pois, devido à tipologia e natu-

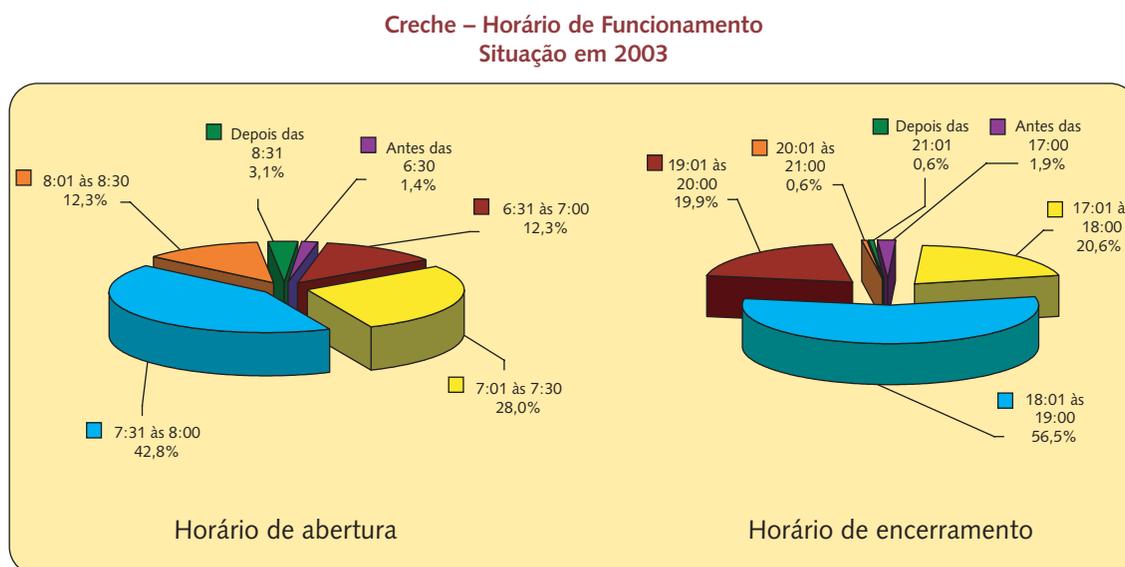
Taxas de utilização das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente 1998-2003



reza transitória desta valência, pode ter ocorrido, que durante o mês de referência para a actualização da informação, o mesmo lugar, tenha sido ocupado por mais do que um utente.

Horário de funcionamento das creches – situação em 2003

O horário de funcionamento das creches está relacionado com a sua área de influência, que, em alguns casos pode ser definido em função do local de residência da criança e outros em função do local de trabalho dos pais.



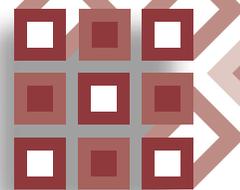
No que se refere ao horário de abertura das creches, verifica-se que a grande maioria (70,8%), inicia a actividade entre as 07.00 h e as 08.00 horas. Quanto ao horário de encerramento, mais de metade das creches (56,5%) encerram entre as 18.00 h e as 19.00 horas.

Apenas 21% destas respostas encerram depois das 19H00, situação que por vezes poderá dificultar a recolha das crianças, prejudicando a conciliação da vida profissional e familiar.

A resposta social Ama

A Ama, resposta social alternativa para o mesmo grupo etário das crianças que frequentam a creche (3 meses aos 3 anos), é apresentada de forma autónoma, por não depender directamente de um equipamento social, sendo uma prestação de serviços desenvolvida em casa da ama.

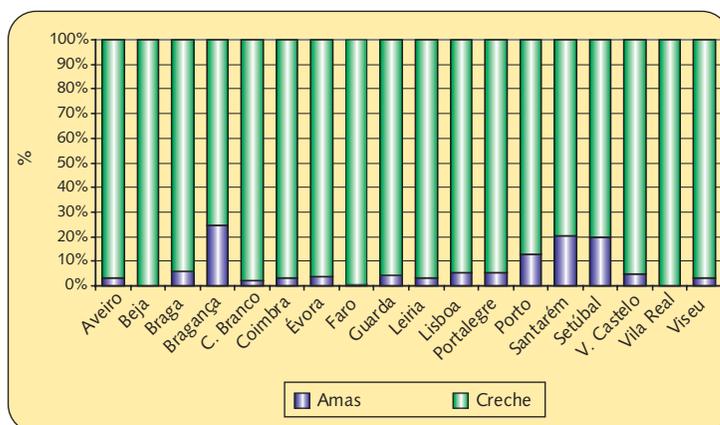
Em determinadas zonas geográficas, esta resposta social tem também a finalidade de suprir a deficiente cobertura da rede de creches, ou os problemas de sobrelotação destas.



Na maior parte dos casos, as amas estão enquadradas técnica e financeiramente pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou por Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O peso relativo das crianças em ama não é uniforme em todos os distritos.

Peso relativo das respostas sociais para a primeira infância (creches e amas), segundo o número de crianças acolhidas, por distrito Situação em 2003

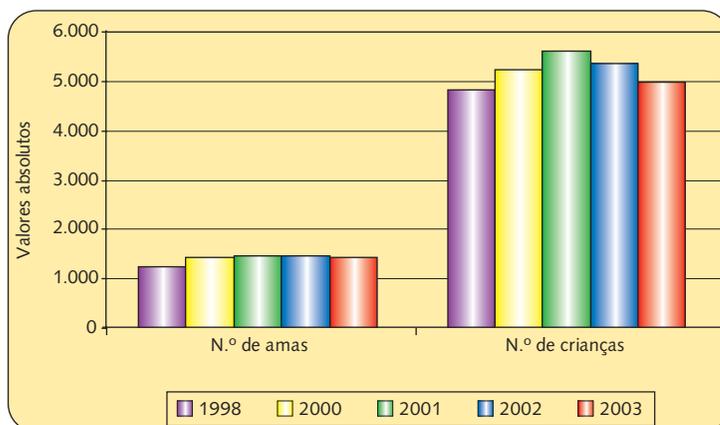


O distrito de Bragança continua a ser aquele que detém a maior percentagem de crianças acolhidas em ama (24,4%), seguido de Santarém (20,4%) e de Setúbal (19,6%). Tal como o observado em anos anteriores, os distritos de Beja e Vila Real, continuam a não ter esta resposta implementada.

Número de amas e crianças acolhidas, evolução 1998-2003

O quadro mostra a evolução do número de amas e do número de crianças acolhidas, durante o período de 1998-2003, constatando-se uma ligeira redução dos valores registados em princípio devido ao incremento da rede nacional de creches.

Evolução do número de amas e de crianças acolhidas Continente 1998-2003



Em 2003, e em valores médios, cada ama acolheu 3,6 crianças, valor que diminuiu ligeiramente em relação aos anos anteriores, cuja média se tem situado em cerca de 4 crianças/ama. Das cerca de 5.000 crianças acolhidas em ama, apenas 45 (0,9%) têm alguma deficiência.

Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a primeira infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos (inclusive)

A determinação da taxa de cobertura real das respostas sociais para a primeira infância, exigiria conhecer a procura efectiva destas respostas, situação que requereria um outro estudo específico.

Conhecendo-se, no âmbito da primeira infância (creches + amas), a oferta existente (capacidade instalada), bem como a população do mesmo grupo etário, construíram-se dois mapas temáticos, desagregados ao nível distrital, visando ajudar a identificar esta relação.

O primeiro mapa põe em evidência o peso da população dos zero aos três anos, em relação à população total do distrito.

O segundo estabelece uma comparação percentual entre a população dos zero aos três anos e a capacidade instalada por distrito.

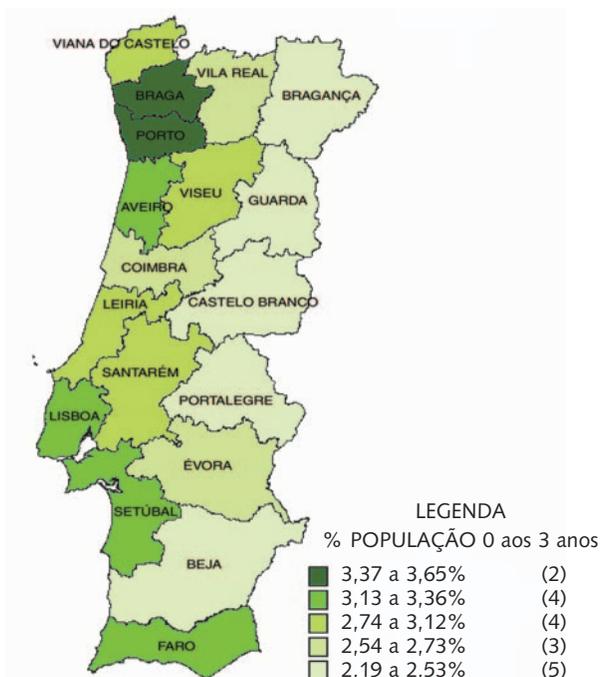
A constatação a retirar do primeiro mapa é claramente a dicotomia litoral/interior. Os distritos com menor percentagem de crianças dos 0 aos 3 anos são exclusivamente distritos do interior.

É sobretudo no norte do país, mais concretamente nos distritos de Braga e Porto que se observa a maior taxa de crianças deste grupo etário.

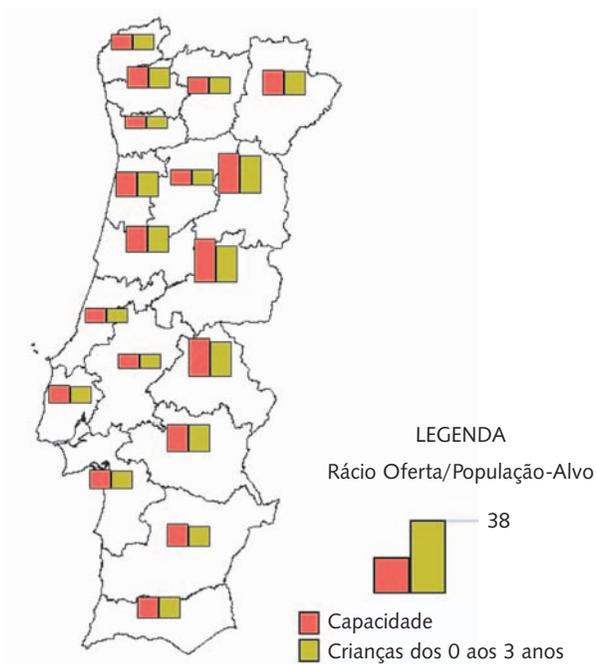
Ao contrário do verificado no mapa anterior, a dicotomia litoral/interior não parece influir na relação entre a oferta de serviços e equipamentos para a primeira infância e a população dos 0 aos 3 anos. Na maioria dos distritos essa relação é favorável à oferta, situação que poderá traduzir-se num indicador de existência de uma razoável cobertura destas respostas sociais.

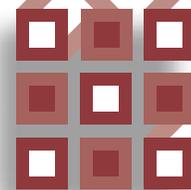
Em diversos distritos observa-se uma relação de perfeito equilíbrio entre a oferta de serviços e equipamentos e a população dos 0 aos 3 anos.

Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, por distrito
Ano 2003



Distribuição percentual da oferta (Amas e Creches) e da população-alvo (<= 3 anos), por distrito
Ano de 2003





3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

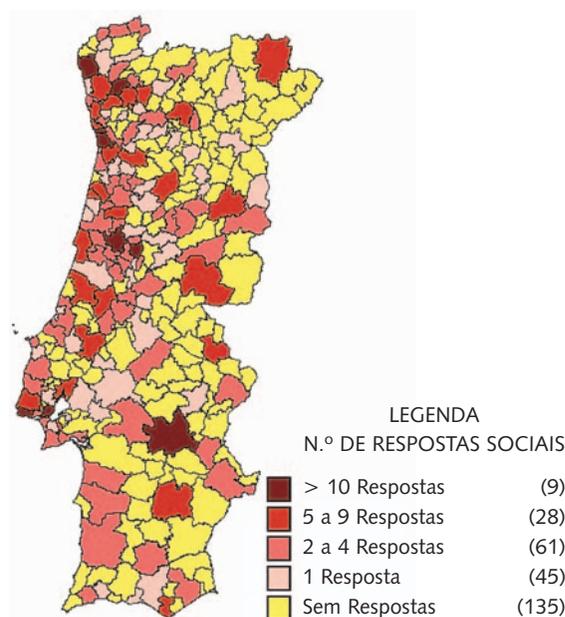
Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2003

Do universo dos concelhos cartografados, cerca de metade (48,6%) continuam a não dispor de qualquer resposta social para pessoas com deficiência.

Nos 143 concelhos onde funcionam respostas para pessoas com deficiência, cerca de 16,2% apresentam apenas 1 valência e 21,9% dispõem de 2 a 4 respostas sociais.

Apenas cerca de 3% dos concelhos detêm mais de 10 respostas sociais.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, por concelho
Ano de 2003



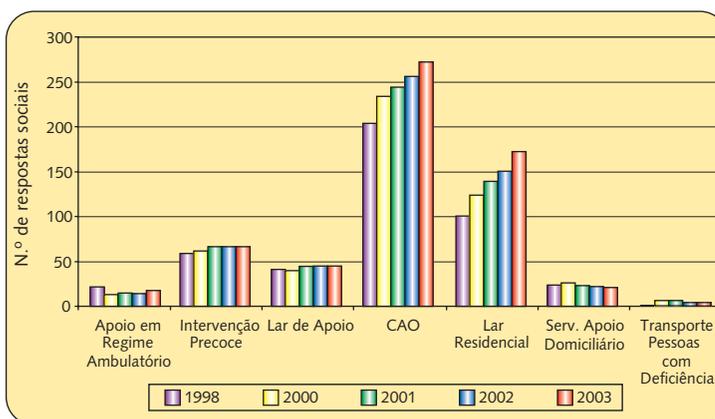
Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2003

Em termos gerais, e comparando com os dados de 1998, foram criadas mais 149 respostas para este público-alvo, o que traduz uma taxa de crescimento de 33,4%.

Tendo como referência o ano de 2002, verificou-se um crescimento médio de 8% no conjunto das respostas sociais nesta área de intervenção.

O Lar Residencial é inequivocamente a resposta social com maior taxa de crescimento (72%) desde 1998. O Centro de Actividades Ocupacionais e a Intervenção Precoce são por esta ordem as valências que lhe seguem, respectivamente com 33,3 % e 12,1 %.

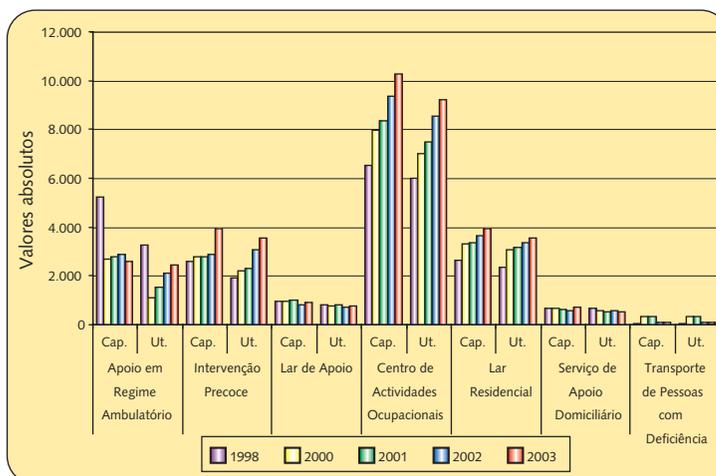
Evolução das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
Continente 1998-2003



As restantes respostas sociais em funcionamento na área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência (Lar de Apoio, Apoio em Regime Ambulatório, Serviço de Apoio Domiciliário e Transporte de Pessoas com Deficiência) mantiveram-se de uma maneira geral estáveis, em relação ao ano 1998.

Em termos de valores totais, também a capacidade instalada e o número de utentes têm vindo a aumentar progressivamente.

Evolução da capacidade e do n.º de utentes das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência Continente 1998-2003



Deste modo, e comparando com 1998, a capacidade para o total das respostas sociais para pessoas com deficiência foi reforçada em cerca de 3.792 lugares (20,3%). O número de utilizadores das mesmas cresceu ainda de um modo mais significativo (34,1%), representando mais 5.100 utentes que em 1998.

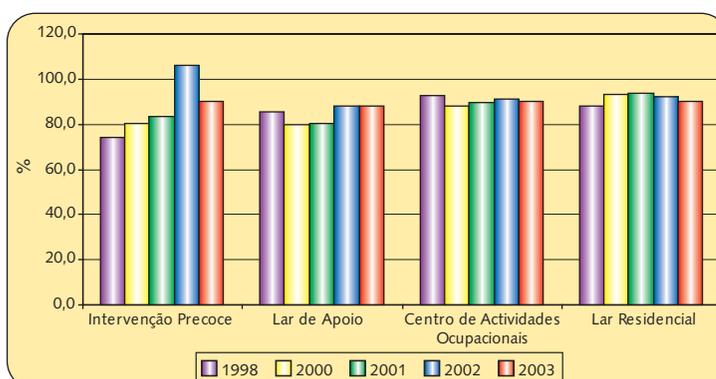
Tal como se verificou aquando da análise da evolução do número de respostas sociais, a Intervenção Precoce, o Centro de Actividades Ocupacionais e o Lar Residencial são as valências que apresentam uma maior taxa de crescimento, quer ao nível da capacidade instalada, quer no que respeita ao número de utilizadores. A oferta e o número de utilizadores nas respostas sociais para esta área de intervenção, na sua globalidade, cresceram cerca de 10% neste último ano.

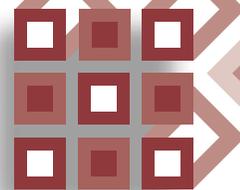
Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2003

Em 2003, a taxa média de utilização, calculada para o conjunto das 4 principais respostas sociais para pessoas com deficiência desceu para 89,5%, contra os 94,3% do ano anterior.

A resposta social "Intervenção Precoce" regista em 2003 uma ligeira descida, facto que se explica pelo aumento de oferta da mesma.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência Continente 1998-2003



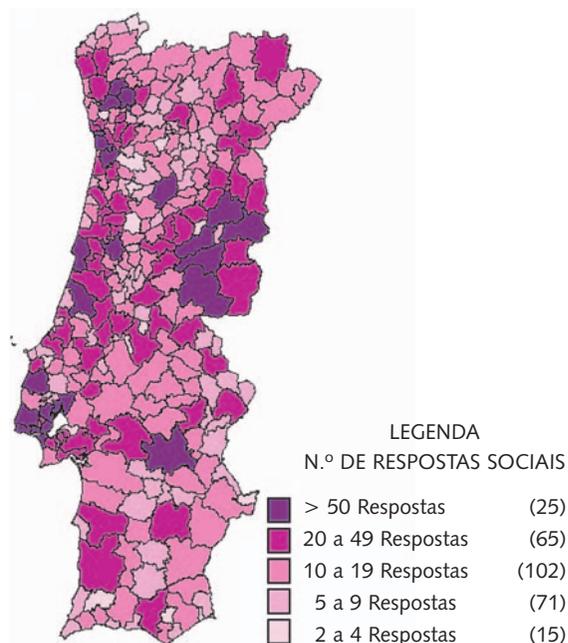


3.3. População Idosa

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2003

Todos os concelhos do Continente estão abrangidos por respostas para a população idosa, no entanto, a maior concentração das mesmas verifica-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nos concelhos com maior índice de envelhecimento.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da População Idosa, por concelho
Ano de 2003



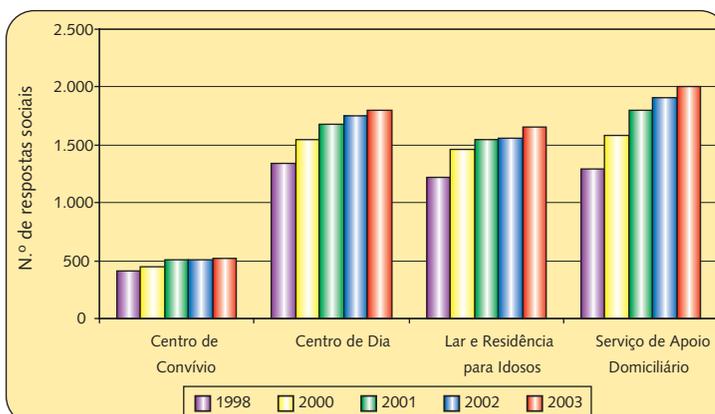
Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2003

Desde 1998, entraram em funcionamento mais 1.723 valências para este público-alvo, o que representa uma taxa de crescimento de 40,5%.

É de referir ainda que, todas as respostas sociais, na área da População Idosa, revelam um crescimento progressivo bastante significativo.

Analisando a evolução por resposta, e tendo por base o mesmo período de referência (1998-2003), constata-se que o Serviço de Apoio Domiciliário é a valência cujo crescimento continua mais evidente (55,8%).

Evolução das respostas sociais para a População Idosa
Continente 1998-2003

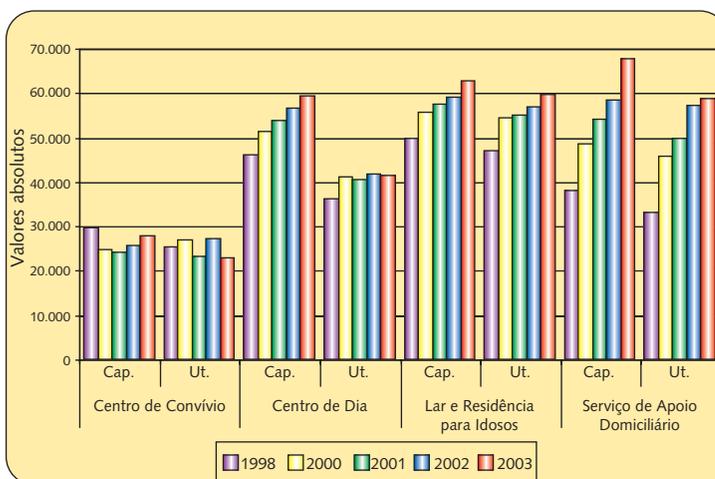


Relativamente às restantes respostas, Centro de Dia (33,9%), Lar e Residência para Idosos (35,9%) e Centro de Convívio (27,7%), observam-se também evoluções muito positivas, traduzindo assim a preocupação pública com o bem-estar da População Idosa.

A dinâmica observada no número de respostas para a População Idosa, tem vindo também a traduzir-se num claro aumento da capacidade instalada e do número de utentes.

Tal como o verificado no gráfico anterior é no Serviço de Apoio Domiciliário que se verifica a maior taxa de crescimento, quer ao nível da capacidade, quer ao nível do número de utentes, facto que pode ser explicado pela política desenvolvida nos últimos anos, privilegiando esta resposta, como alternativa às convencionais respostas institucionalizadas.

Evolução da capacidade e do n.º de utentes das respostas sociais para a População Idosa – Continente 1998-2003



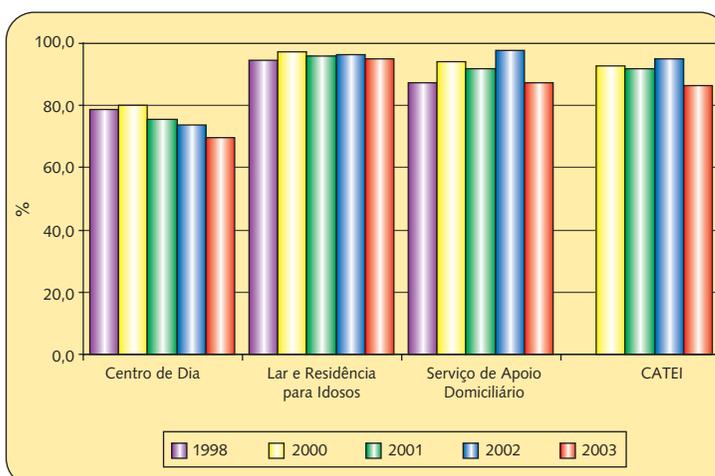
Taxa de utilização das respostas sociais – situação em 2003

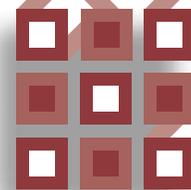
Para efeitos de cálculo da taxa de utilização, os Centros de Convívio não foram considerados, uma vez que atendendo às suas características muito específicas, os utilizadores desta resposta poderão, enquanto a frequentam, beneficiar simultaneamente de serviços inseridos em outras valências.

A taxa média de utilização (1998-2003) para as respostas em apreço situa-se em 88,4% registando-se no ano de 2003 uma tendência de redução do seu valor médio.

O Lar e Residência para Idosos apresentam a maior taxa de utilização em 2003 – 95% – seguido do Serviço de Apoio Domiciliário com 87,1%.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais Continente 1998-2003





Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a População Idosa, relativamente à População Idosa Residente (> = 65 anos)

Os distritos com uma estrutura mais envelhecida situam-se na zona interior do país sendo Portalegre (26%), Castelo Branco (25,3%) e Guarda (25%) os que apresentam as percentagens mais elevadas.

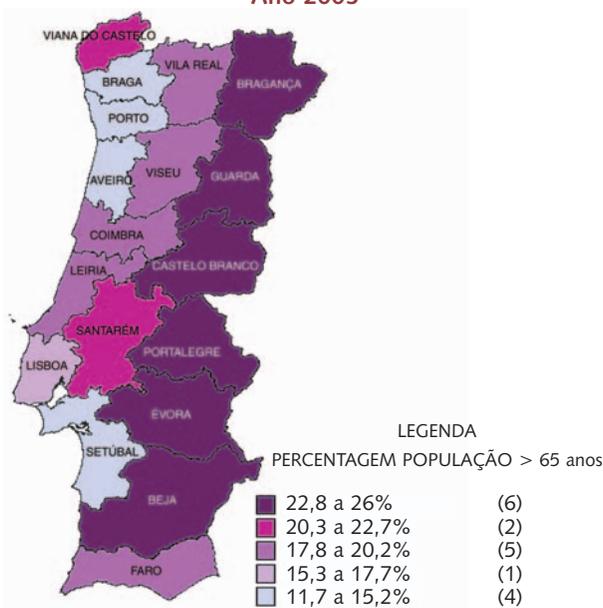
Por outro lado, os distritos do litoral apresentam uma estrutura etária mais jovem. Destes, Braga (12,2%), Porto (12,9%), Aveiro (14,8%), Setúbal (15,2%) e Lisboa (16,5%), detêm valores inferiores à média do Continente (16,9%).

Para efeitos do cálculo da relação entre a população idosa (> = 65 anos) e a capacidade instalada por distrito, não foram considerados os Centros de Convívio, pelas razões apontadas anteriormente a propósito da taxa de utilização.

Contrariamente ao fenómeno observado para a primeira infância, existe uma relação directa entre o valor percentual da capacidade dos equipamentos sociais para a população idosa e os distritos onde esta tem maior peso. Deste modo, é na generalidade dos distritos do interior (onde o peso da população idosa é maior) que se vislumbra uma maior oferta relativa.

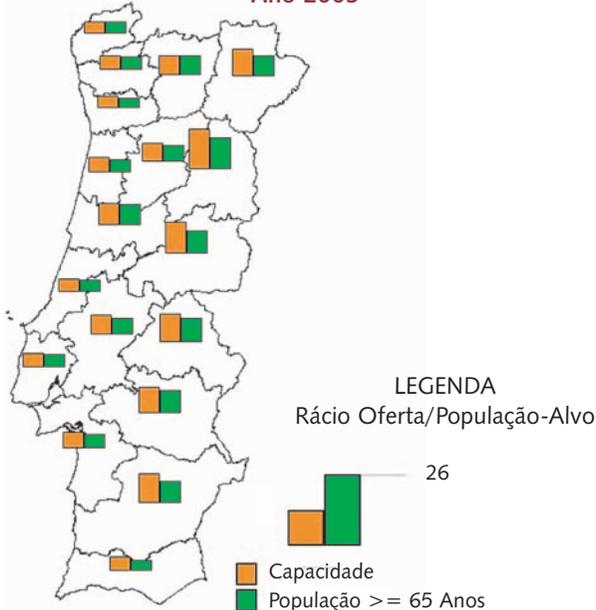
Por outro lado, uma menor cobertura relativa encontra-se nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro ou Braga.

**Relação entre a População Idosa (mais de 65 anos) e a população total, por distrito
Ano 2003**



Fonte: INE, Censos 2001, estimativa da população para 2002

**Distribuição percentual da oferta e da população alvo (> = 65 anos), por distrito
Ano 2003**



Fonte: INE, Censos 2001, estimativa da população para 2002

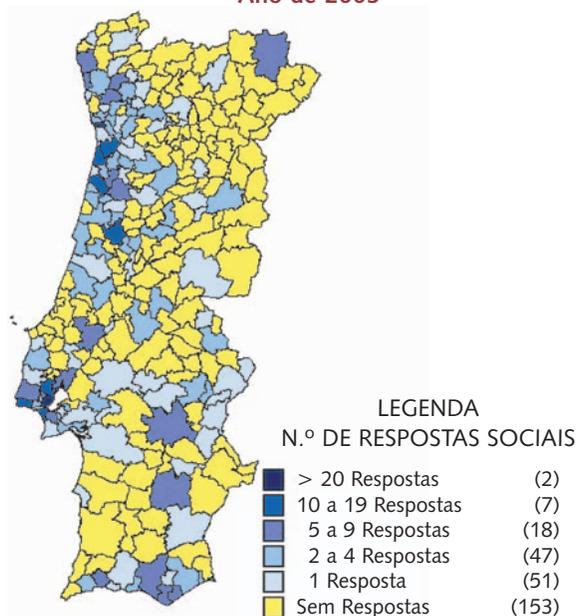
3.4 – Família e Comunidade

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2003

Da análise do mapa pode observar-se que 55% dos concelhos do Continente não apresentam qualquer resposta social dirigida à família e comunidade.

Dos 125 concelhos onde funcionam respostas para esta área de intervenção, cerca de 40,8% apresentam apenas 1 valência e 37,6% de 2 a 4 valências.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Família e Comunidade, por concelho
Ano de 2003

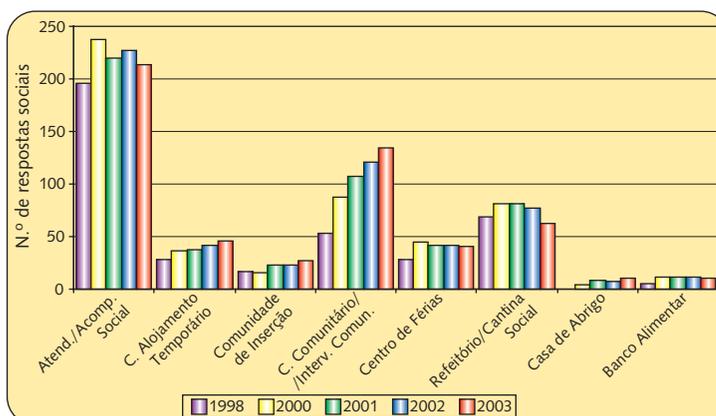


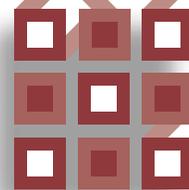
Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2003

Tendo em consideração o período de 1998-2003 observa-se um acréscimo de 37,6% no conjunto das respostas, tendência esta que foi registada na generalidade dos casos.

No entanto, no último ano houve um ligeiro desaceleração na evolução destas respostas sociais, até mesmo um decréscimo no Atendimento/Acompanhamento Social e no Refeitório/Cantina Social.

Evolução das respostas sociais para a área da Família e Comunidade Continente 1998-2003

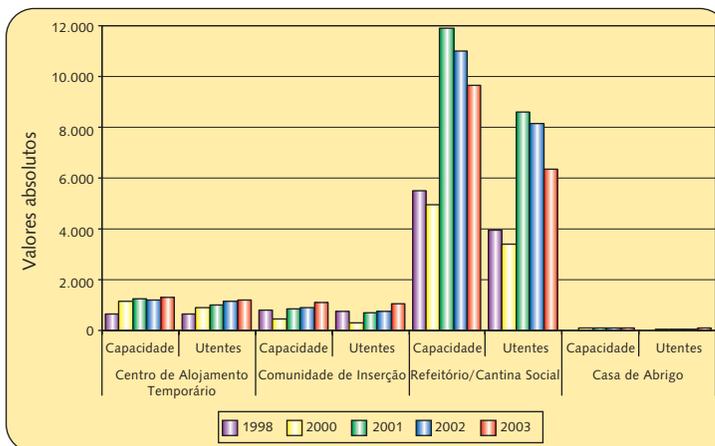




O Centro Comunitário/Intervenção Comunitária e o Centro de Alojamento Temporário continuam a ser as respostas com maior nível de desenvolvimento.

O gráfico contempla apenas a capacidade e o número de utentes de algumas das respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade, uma vez que devido às características e especificidades das restantes, não é possível integrá-las nesta representação.

Evolução da capacidade e n.º de utentes nas respostas para a Família e Comunidade Continente 1998-2003



De uma maneira geral, nas quatro respostas sociais em estudo, a capacidade instalada e o número de utilizadores aumentou de 1998 a 2003, mas com uma evolução diferenciada ao longo do período. No ano de 2003, continua a verificar-se esta tendência, com um desenvolvimento mais acentuado na Casa de Abrigo e na Comunidade de Inserção.

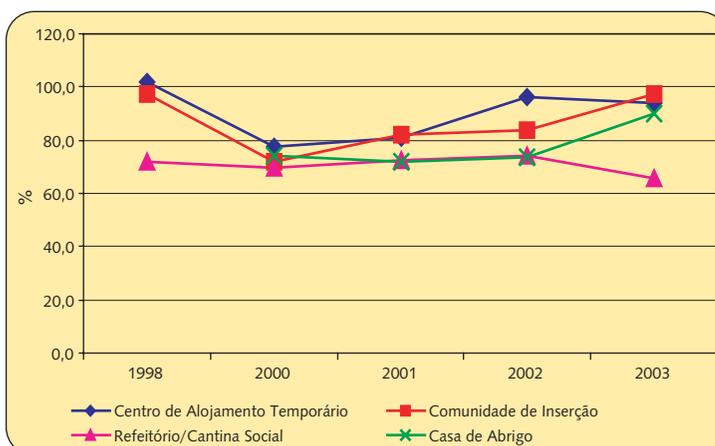
Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2003

No ano de 2003, a taxa média de utilização para este conjunto de respostas sociais situa-se em 86,6%, o que significa um aumento de mais de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Das respostas analisadas a Comunidade de Inserção apresenta, em 2003 a taxa mais elevada, com 97,1% de ocupação.

O Centro de Alojamento Temporário e o Refeitório/Cantina Social registam um decréscimo na sua utilização, atingindo esta última uma taxa de ocupação de apenas 65,4%.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade Continente 1998-2003

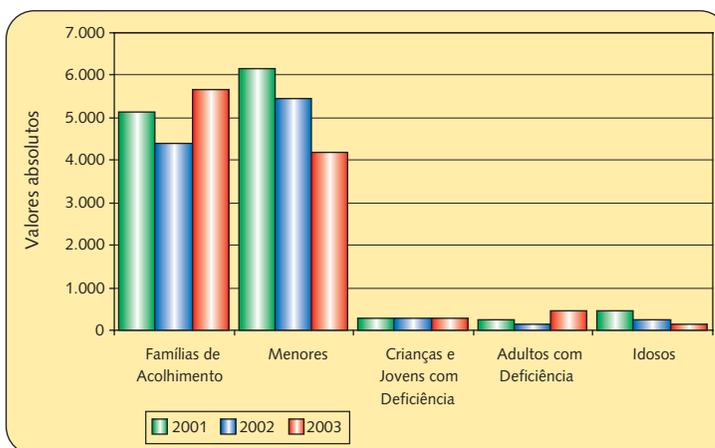


A resposta social Acolhimento Familiar

O Acolhimento Familiar é uma resposta que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, crianças, jovens, com ou sem deficiência, pessoas adultas com deficiência e pessoas idosas.

Dado o seu carácter transversal, abrangendo a generalidade das áreas de intervenção, e uma vez que a mesma família poderá receber, em simultâneo, pessoas dos diferentes grupos-alvo, optou-se por uma análise conjunta, para evitar a distorção do número real de famílias de acolhimento.

Evolução das Famílias de Acolhimento por grupo-alvo Continente 2001-2003



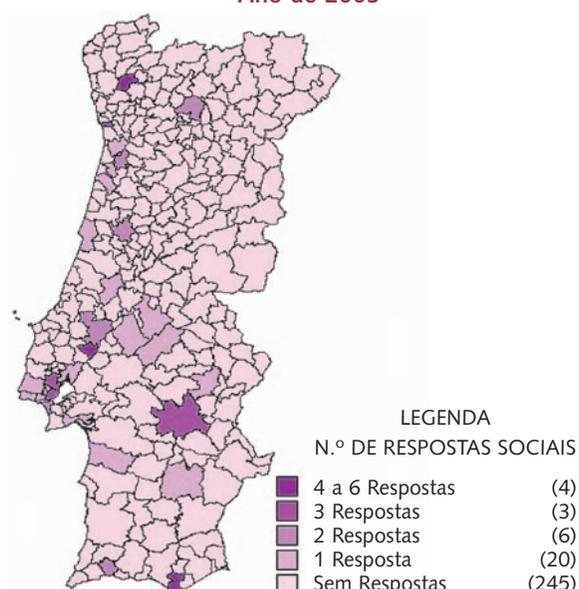
Em 2003, observa-se um aumento das famílias de acolhimento, mas um decréscimo de 18,4% das pessoas inseridas nesta resposta social. As crianças e jovens com deficiência colocados nestas famílias representam apenas 6,3% do total dos menores acolhidos.

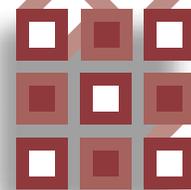
3.5 – Toxicodependência

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Toxicodependência por concelho – situação em 2003

As respostas sociais para este grupo-alvo são de âmbito nacional, com uma implantação dispersa, localizando-se em apenas 11,9% dos concelhos do Continente.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Toxicodependência, por concelho Ano de 2003



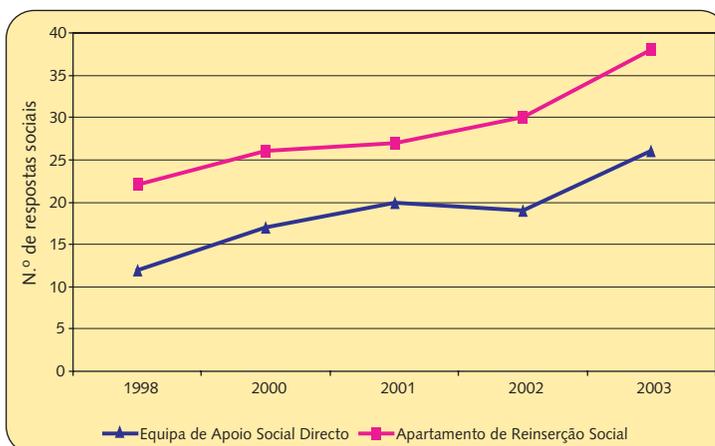


Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2003

De 1998 a 2003 as respostas sociais, Equipa de Apoio Social Directo e Apartamentos de Reinserção Social, aumentaram 116,7% e 72,7%, respectivamente.

Apesar de no período 2001/2002 a resposta social Equipa de Apoio Social Directo ter apresentado uma ligeira inflexão no seu crescimento, no período seguinte registou um crescimento significativo (36,8%).

Evolução das respostas sociais para a área da Toxicodependência Continente 1998-2003

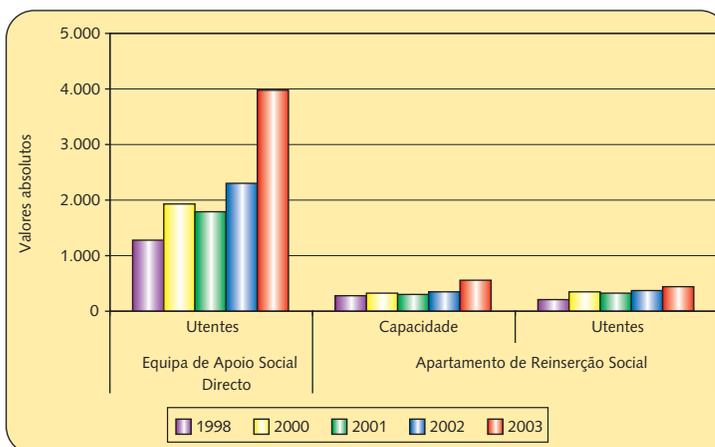


Por outro lado o número de Apartamentos de Reinserção Social tem vindo a aumentar progressivamente ao longo dos anos. No último período, 2002/2003, foi de 13,6%.

As Equipas de Apoio Social Directo, também denominadas Equipas de Rua, com uma intervenção directa junto da população-alvo, não apresentam, devido às suas características, a definição de uma capacidade, pois esta depende essencialmente, da procura e da possibilidade de atendimento das próprias equipas ligadas a esta resposta social.

Da análise evolutiva do número de utilizadores desta valência, verifica-se que o número de utentes atendidos triplicou no período de referência (1998-2003) com especial incidência no último ano cuja taxa de crescimento atingiu 72,5% em relação a 2002.

Evolução da capacidade e n.º de utentes das respostas sociais na área da Toxicodependência Continente 1998-2003



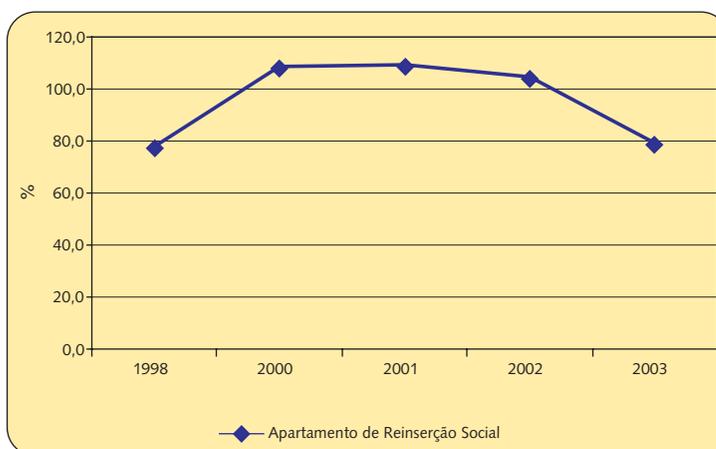
Com o aparecimento de mais Apartamentos de Reinserção, durante o ano de 2003, aumentou a capacidade em 61,4%, assim como os utentes, embora em menor percentagem (22,5%). No período de 1998-2003 duplicou tanto a oferta como o número de utilizadores.

Taxa de Utilização das respostas sociais, evolução 1998-2003

Ao nível do Continente, desde o ano de 2000 até 2002, a taxa de ocupação dos Apartamentos de Reinserção Social foi sempre superior a 100%, o que demonstra a grande procura desta resposta.

Em 2003, devido ao esforço na criação de mais lugares, e apesar da procura ter continuado a aumentar, foi já possível apresentar alguma disponibilidade ao nível de vagas, o que explica que em 2003 a taxa de ocupação tenha descido para 79,5%.

Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social Continente 1998-2003

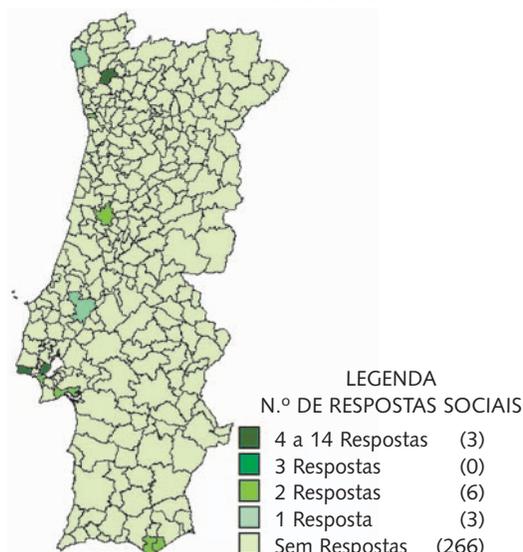


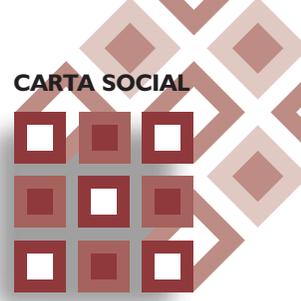
3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2003

As respostas sociais para esta área de intervenção estão implantadas em apenas 6% dos concelhos do Continente, apresentando uma distribuição espacial dispersa.

Distribuição espacial das Respostas Sociais para a área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias Ano de 2003

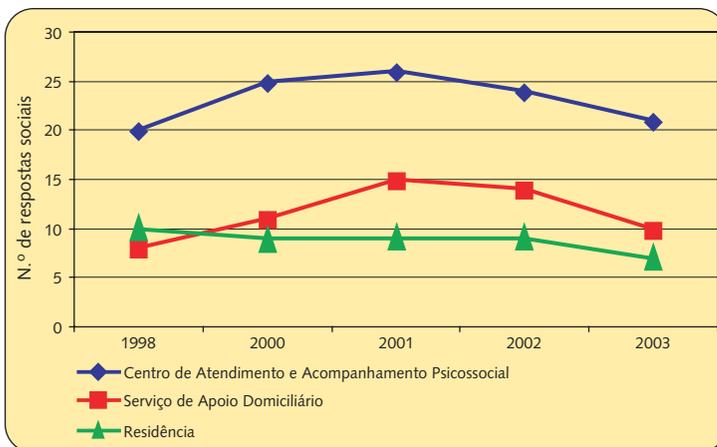




Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2003

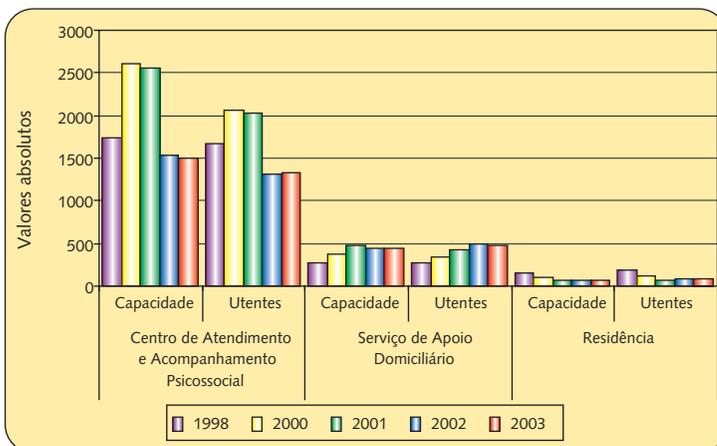
No período em análise (1998-2003) os dados revelam um crescimento até ao ano de 2001 nas valências Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e Serviço de Apoio Domiciliário. No entanto, a partir desta data começa a verificar-se uma inversão na evolução destas valências, tendência já observada no ano anterior na resposta social Residência.

Evolução das respostas sociais na área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias Continente 1998-2003



O mesmo fenómeno verifica-se no tocante à capacidade e ao número de utentes nestas respostas sociais. A Residência tem sido a valência onde esta regressão tem sido mais acentuada durante o período analisado, tanto ao nível da capacidade instalada, como ao nível do número de utentes, respectivamente 49% e 57,9%.

Evolução da capacidade e do número de utentes das respostas sociais na área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias Continente 1998-2003

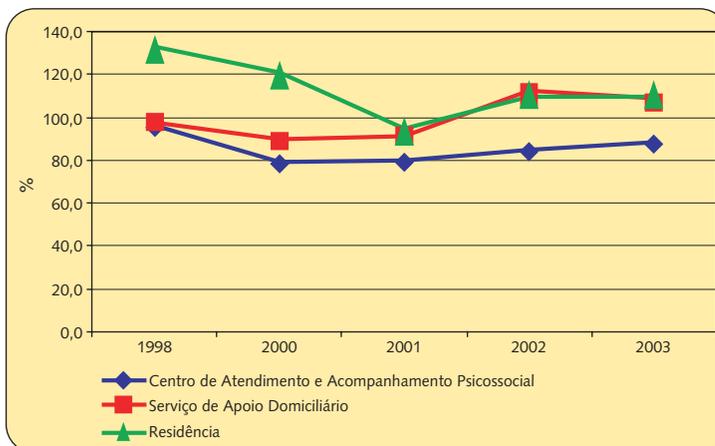


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2003

Talvez o facto de existirem poucas respostas sociais em funcionamento para este grupo alvo, possa explicar as elevadas taxas de utilização destas valências.

Deste modo, em 2003, o Serviço de Apoio Domiciliário e a Residência continuaram a apresentar problemas de sobrelotação.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias Continente 1998-2003



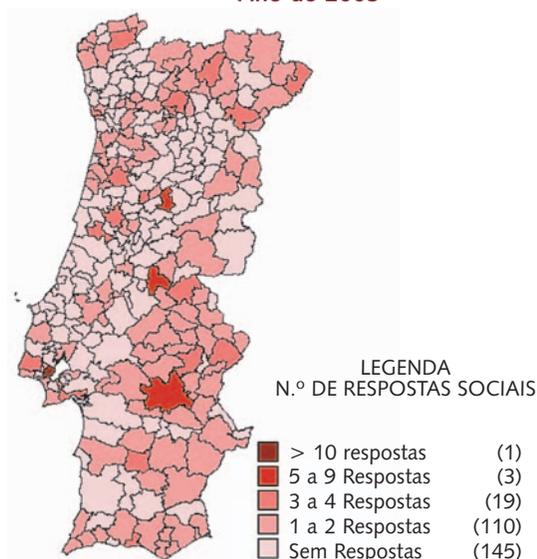
3.7 – Outras áreas de intervenção

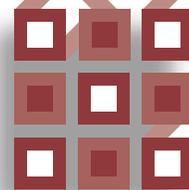
No âmbito das outras áreas de intervenção enquadram-se as respostas sociais dirigidas às pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico e a prestação de cuidados em situações de dependência, visando criar condições para uma intervenção articulada da saúde e da acção social, envolvendo a participação e colaboração de diversos actores sociais.

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2003

Cerca de metade dos concelhos de Portugal Continental continuam a não dispor de quaisquer respostas sociais para as áreas da saúde mental e das pessoas em situação de dependência.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Outras Áreas de Intervenção (Saúde Mental e Pessoas em Situação de Dependência) Ano de 2003





Saúde Mental – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000-2003

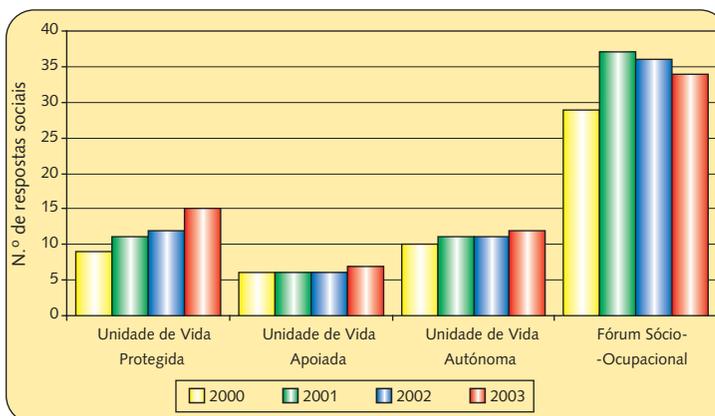
No âmbito das valências para esta área de intervenção, e tendo em consideração o período de referência 2000-2003, regista-se, em geral, um aumento do número de respostas sociais. A exceção vai para o Fórum Sócio-Ocupacional, que desde 2002, iniciou um ligeiro decréscimo acentuando-se em 2003.

No mesmo período, 2000-2003, e relativamente à capacidade e ao número de utentes, verifica-se a continuação do crescimento nas respostas sociais do tipo residencial – Unidade de Vida Protegida e Unidade de Vida Autónoma – e uma tendência de estabilização na Unidade de Vida Apoiada, ao passo que o Fórum Sócio-Ocupacional tem vindo a apresentar uma descaída ao nível da capacidade e do número de utentes.

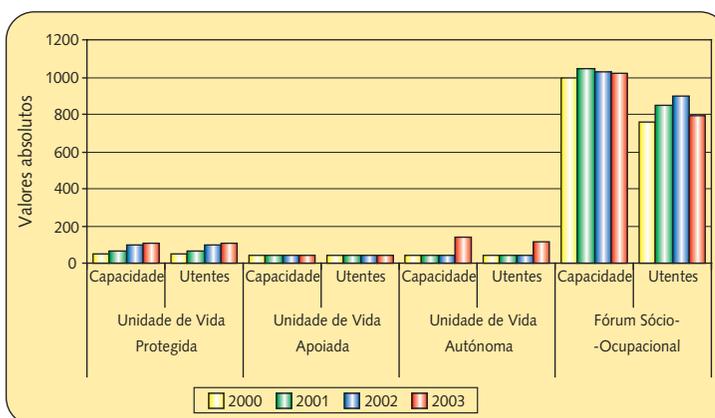
Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000-2003

Nos anos de referência a Unidade de Vida Apoiada continua a apresentar uma taxa de ocupação muito próxima dos 100%, tendo mesmo desde o ano de 2002, registado sobrelotação. Enquanto que a Unidade de Vida Protegida manifesta uma certa estabilização na sua utilização, a Unidade de Vida Autónoma e o Fórum Sócio-Ocupacional têm vindo a diminuir a taxa de ocupação.

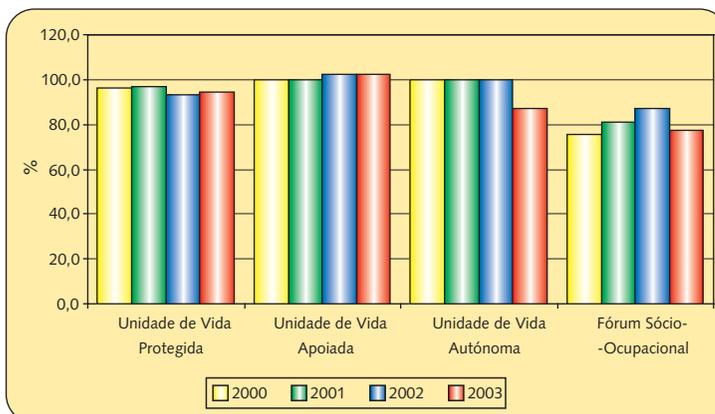
Evolução das respostas sociais para a área da Saúde Mental
Continente 2000-2003



Evolução da capacidade e do número de utentes nas respostas sociais para a área da Saúde Mental
Continente 2000-2003



Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para a área da Saúde Mental
Continente 2000-2003



Pessoas em situação de Dependência – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000-2003

As respostas sociais para as pessoas em situação de dependência constituem um modelo de intervenção articulada da saúde e da acção social, de natureza preventiva, de reabilitação e de apoio, compreendendo as Unidades de Apoio Integrado (UAI) e o Apoio Domiciliário Integrado (ADI).

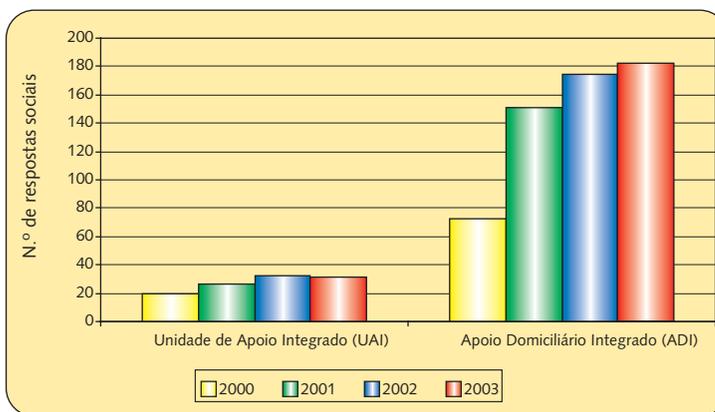
Estas respostas sociais apresentam um crescimento contínuo, com particular incidência no Apoio Domiciliário Integrado.

Em 2003, por referência ao ano 2000, a capacidade e o número de utentes destas respostas sociais (UAI e ADI), cresceu muito significativamente, tendo o Apoio Domiciliário Integrado duplicado os valores registados no primeiro ano.

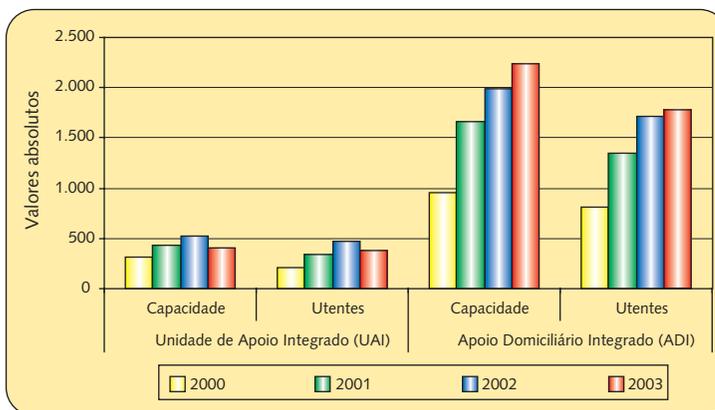
Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000-2003

A Unidade de Apoio Integrado e o Apoio Domiciliário Integrado registaram uma taxa de utilização bastante elevada, tendo-se observado em 2003, para qualquer uma destas valências, uma ocupação superior a 80%.

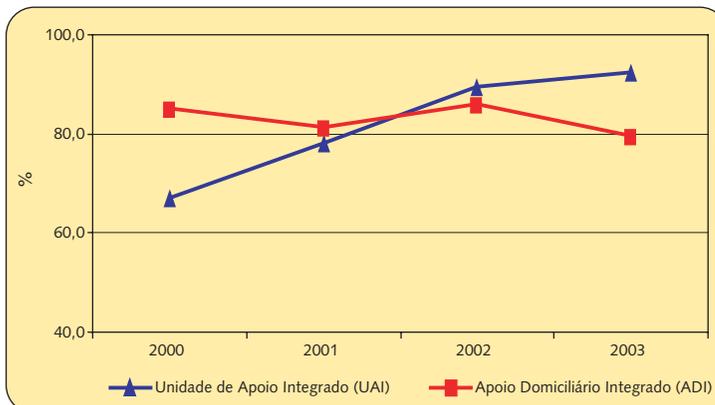
Evolução das respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência
Continente 2000-2003



Evolução da capacidade e do número de utentes nas respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência
Continente 2000-2003



Evolução das Taxas de Utilização nas respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência
Continente 2000-2003



4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

Este capítulo pretende dar, de uma forma muito sintética, uma panorâmica do esforço público em termos de investimento e de despesas de funcionamento com a rede de serviços e equipamentos sociais.

4.1 – Investimentos

Total dos Investimentos, evolução 1998-2003

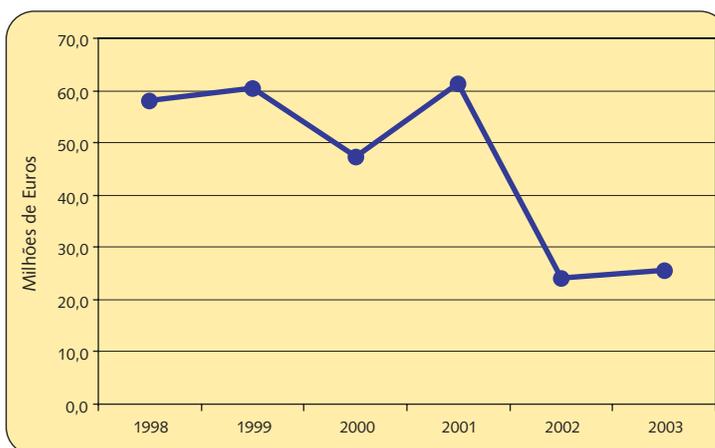
Ao longo dos anos, os Ministérios que têm tido a responsabilidade da “Segurança Social”, têm feito esforços de investimento na rede de serviços e equipamentos sociais, os quais têm representado a maior parcela das despesas de investimento.

A análise efectuada incide principalmente nos investimentos realizados através do PIDDAC atribuído a esta área social, constituindo a grande fonte de financiamento destes equipamentos.

O investimento total, em serviços e equipamentos sociais, no período de 1998-2003, foi de 277 milhões de euros (valores nominais). No entanto, importa analisar este investimento segundo as suas duas componentes, a nacional e a comunitária – QCA II, Subprograma Integrar – Medida 5 e QCA III – POEFDS (Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social).

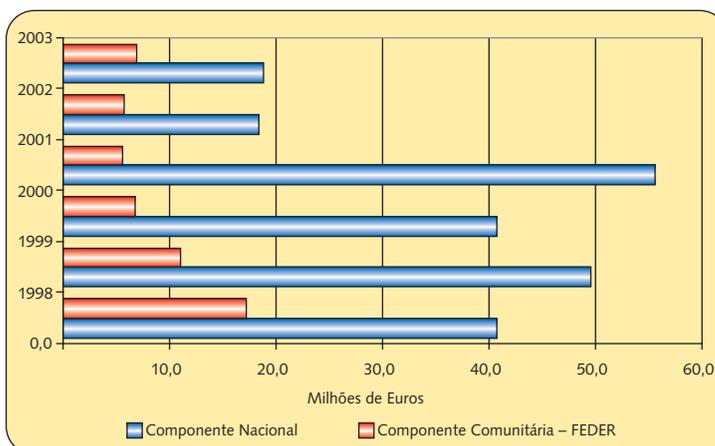
Os Programas Comunitários foram assumidos como um

Evolução do total do Investimento em Serviços e Equipamentos Sociais (valores nominais) Continente 1998-2003



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

Evolução total do investimento em Serviços e Equipamentos Sociais, por Fontes de Financiamento (valores nominais) Continente 1998-2003



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

investimento complementar da política nacional de alargamento e consolidação da rede e não como um investimento substitutivo, tendo o investimento do primeiro programa decorrido de 1994 a 2000 e o segundo com uma previsão temporal de 2000 a 2006.

No ano de 2003 o investimento no sector da Acção e Integração Social representou 22,3% do orçamento do então Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Da análise do período de referência, verifica-se que a componente nacional apresenta um crescimento significativo até ao ano de 2001, com uma inflexão em 2000. A partir do ano de 2002, devido às elevadas restrições orçamentais resultantes da contenção da despesa pública para controlo do défice do sector público, tem-se vindo a registar um decréscimo do investimento.

No mesmo período, a componente comunitária – FEDER – regista também um decréscimo que representa a progressiva conclusão dos projectos financiados através do QCA II, embora desde 2002 se tenha vindo a verificar um esforço de investimento.

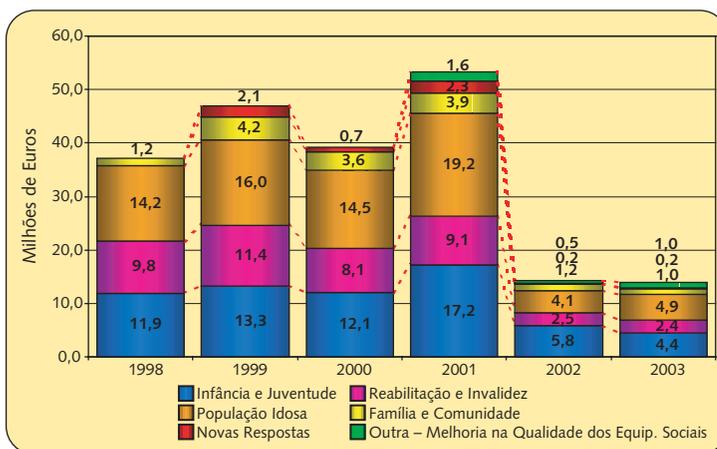
Investimento por áreas de intervenção, evolução 1998-2003

Os programas operacionais desenvolvidos através dos QCA II e QCA III apresentam uma estrutura diferente da utilizada no PIDDAC não co-financiado, pelo que não é possível analisar aquele investimento por áreas de intervenção, até ao ano de 2002, sendo a sua representação efectuada em gráfico autónomo.

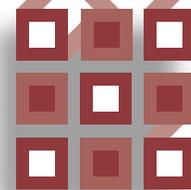
Este gráfico representa o esforço financeiro efectuado através do PIDDAC não co-financiado. Constata-se um acentuado crescimento do investimento até 2001, tendo-se verificado uma redução destes valores a partir do ano 2002, devido à necessidade de redução do défice orçamental.

Na repartição funcional do investimento, em 2003, assume especial significado o esforço dirigido à População Idosa (35,4%) seguido da Infância e Juventude (31,6%).

Financiamento para Investimento – evolução do investimento por áreas de intervenção – PIDDAC não co-financiado Continente 1998-2003

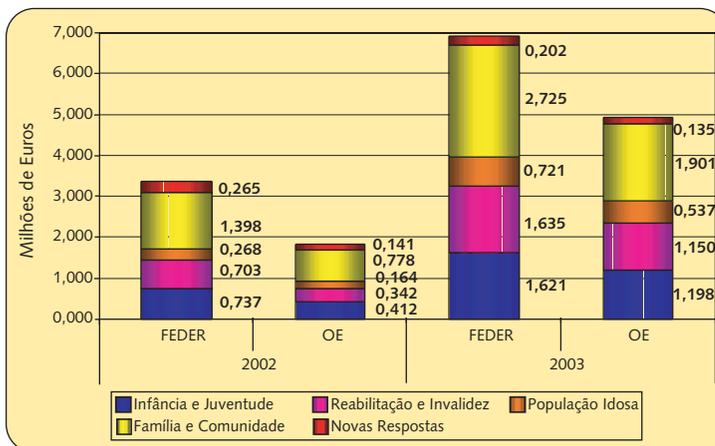


Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC



Da análise do gráfico do programa de Promoção do Desenvolvimento Social podemos verificar que em 2003 a verba executada é cerca do dobro do ano anterior, constatando-se que os maiores investimentos foram realizados nas áreas da Família e Comunidade (38,6%), Infância e Juventude (24,3%) e Reabilitação e Invalidez (23,4%).

Financiamento para Investimento – Promoção do Desenvolvimento Social – QCA III Continente 2002-2003



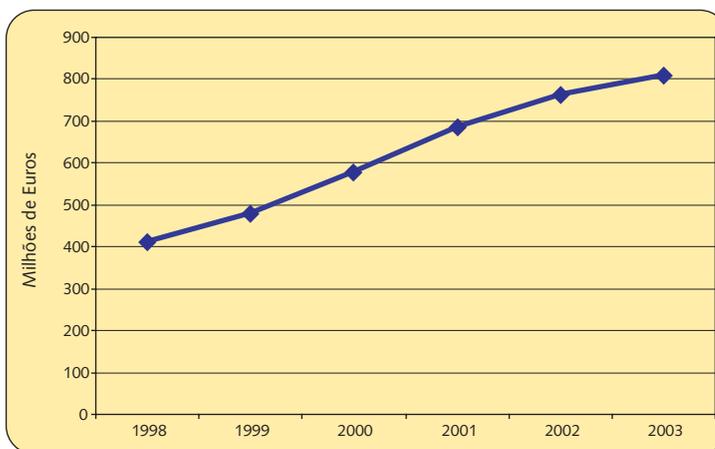
Fonte: DGEFP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

4.2 – Despesas de funcionamento

Despesas de funcionamento, evolução 1998-2003

Os custos do funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos são suportados através dos acordos de cooperação, típicos ou atípicos, celebrados com as IPSS, pela mensalidade/comparticipação paga pelo utente ou seu familiar, pelas receitas próprias das instituições, através das retribuições por serviços prestados e pela concessão de verbas para funcionamento dos equipamentos oficiais.

Evolução das despesas com Acordos de Cooperação Continente 1998-2003



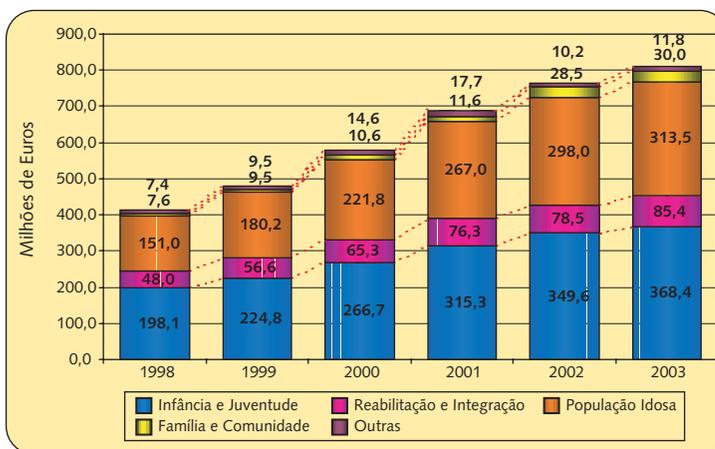
Fonte: IGFSS, Despesas com Acção Social

O gráfico representa apenas a evolução das despesas de Acção Social com os subsídios a IPSS e outras entidades com acordos de cooperação, excluindo-se todas as despesas com o funcionamento dos estabelecimentos oficiais e outras despesas de funcionamento da rede de Serviços e Equipamentos.

Despesas de funcionamento por áreas de intervenção, evolução 1998-2003

A despesa com as diferentes áreas de intervenção, traduz o esforço orçamental ao longo dos anos, com o alargamento a um maior número de utentes, aumento do valor unitário da comparticipação da Segurança Social e criação de respostas sociais conforme determinam as necessidades de certos grupos da população em função das transformações demográficas e sociais que se vêm operando na sociedade portuguesa.

Evolução das despesas de funcionamento por áreas de intervenção
Continente 1998-2003



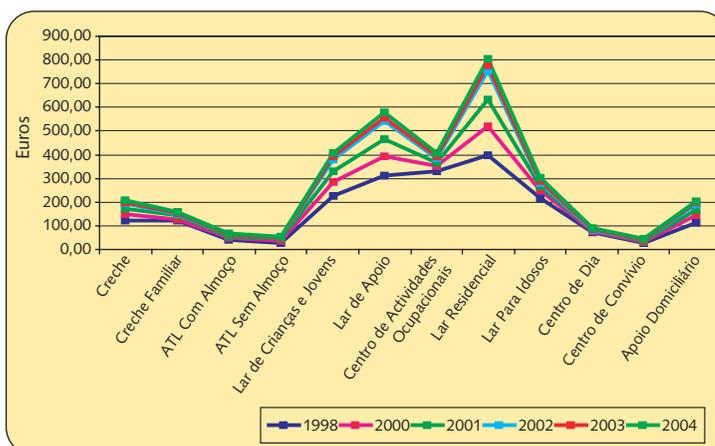
Fonte: IGSSS, Despesas com Acção Social

Da análise do gráfico, constata-se que a Infância e Juventude e a População Idosa são as áreas com maiores encargos financeiros ao longo destes anos.

Comparticipação da Segurança Social através dos Acordos de Cooperação, evolução 1998-2003

No período de referência a comparticipação da Segurança Social tem vindo a aumentar progressivamente em função do tipo de resposta social e da população a que é dirigida, tendo-se registado os maiores crescimentos no Lar de Crianças e Jovens, no Lar de Apoio para Crianças e Jovens com Deficiência, no Lar Residencial para a População Adulta com Deficiência e no Serviço de Apoio Domiciliário para a População Idosa.

Evolução da comparticipação da Segurança Social às instituições por resposta social e utente (1998-2004)



Nota: Os valores referentes a 1998 e 2000 foram indexados ao valor do Euro (1€ = 200.482)

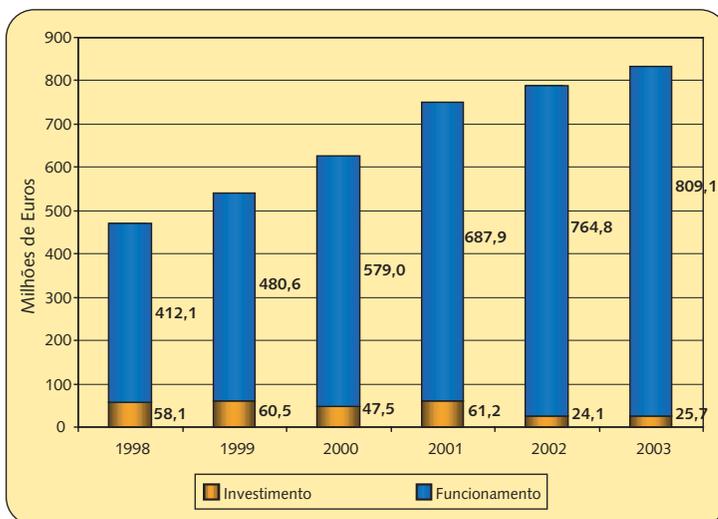
Fonte: Protocolos de Cooperação celebrados entre o MSST e as Uniões das IPSS, Misericórdias e Mutualidades

4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da rede de Serviços e Equipamentos

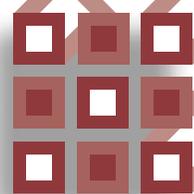
Em síntese, pela análise do gráfico pode inferir-se que as despesas com a rede de Serviços e Equipamentos, nas componentes de investimento e de funcionamento, têm vindo a aumentar ao longo do período apresentado, registando-se de 1998 a 2003 um crescimento de 42,8%.

No financiamento com o funcionamento da rede apenas foram consideradas, tal como nos gráficos anteriores, as despesas com os acordos de cooperação, que representam apenas uma parte das despesas com o funcionamento

Evolução do Financiamento para Investimento e Funcionamento em Serviços e Equipamentos Sociais Continente 1998-2003



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução anual do PIDDAC IGFSS, Conta da Segurança Social



ANEXOS

NOMENCLATURAS E CONCEITOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, exarado em 06.11.2000)

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens Primeira e Segunda Infância

Ama

Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2.º grau da linha colateral por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio)

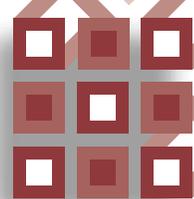
Creche Familiar

É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos centros regionais de segurança social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com actividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio)

Creche

Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/ /paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.



Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

É um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.

(Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar)

Actividades de Tempos Livres

Centro de Actividades de Tempos Livres

Resposta que se destina a proporcionar actividades do âmbito da animação sócio-cultural a crianças, tendencialmente, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras.

Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multiactividades (onde se enquadram os clássicos centros de ATL).

Crianças e Jovens em Situação de Risco

Lar de Crianças e Jovens

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças/jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança/jovem.

Centro de Acolhimento Temporário – CAT²

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança/jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento.

² Também pode ter a designação de Casa de Acolhimento Temporário.

Unidade de Emergência

Resposta social integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT.

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social vocacionada para o estudo, prevenção e o apoio sócio-terapêutico a crianças e jovens em situação de risco social ou de perigo e às suas famílias. A intervenção é centrada na família, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade e é desenvolvida por equipas multidisciplinares, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população alvo.

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em acolher, transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço e tecnicamente enquadradas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança/jovem. (Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro)

Adopção

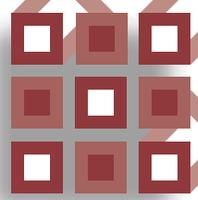
Resposta sócio-legal para crianças e jovens em situação de risco que, à semelhança da filiação natural mas independentemente dos laços de sangue, se constitui legalmente entre adoptante e adoptando. (Baseado no artigo 1586 do Código Civil)

Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

Serviços e Equipamentos para Pessoas com Deficiência em Geral

Centro de Paralisia Cerebral

Estrutura polivalente especializada e de reabilitação para pessoas com deficiência neuromotora e/ou com problemas de desenvolvimento, que integra actividades no âmbito da prevenção, detecção, avaliação e intervenção através de programas integrados, terapêuticos e sócio-educativos, promovidos por equipas transdisciplinares, tendo em vista o desenvolvimento, a habilitação e a integração sócio-familiar.



Apoio em Regime Ambulatório

Resposta inserida no âmbito do apoio a pessoas com deficiência neuro-motora e/ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa, promovidas por equipas transdisciplinares e desenvolvidas, com regularidade variável, definida consoante as necessidades da criança/jovem/adulto/família, nos centros especializados ou nos locais de vida daqueles.

Centro de Produção de Material

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que se destina a conceber, produzir, adaptar e testar material lúdico, didáctico e cultural, utilizado como suporte das actividades de natureza sócio-educativa, cultural e recreativa.

Imprensa Braille

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

Transporte de Pessoas com Deficiência

Serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens com Deficiência

Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família

Estrutura polivalente especializada no âmbito da prevenção da detecção, avaliação e intervenção interdisciplinar, para apoio a crianças e jovens dos 0 aos 24 anos com deficiência e problemas de desenvolvimento, protecção e apoio a crianças e jovens em situação de risco ou de perigo e apoio às respectivas famílias, nomeadamente, através das seguintes respostas sociais:

- Intervenção Precoce, Adopção, Consultas de Avaliação e Orientação, Programas Integrados de Promoção Social e de natureza Terapêutica dirigidas a crianças, a jovens e a famílias.

Intervenção Precoce

Resposta destinada a crianças até aos 6 anos de idade que apresentem deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento e que consiste numa medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, com vista a:

- assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco grave de desenvolvimento;
- potenciar a melhoria das interações familiares;
- reforçar as competências familiares como suporte da sua possível capacitação e autonomia face à problemática da deficiência.

(Despacho Conjunto n.º 891/99, de 13 de Agosto)

Centro de Apoio Sócio-Educativo³

Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico resultante de:

- dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- problemas graves do foro emocional e comportamental.

Lar de Apoio

Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

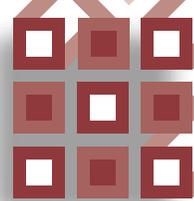
Serviços e Equipamentos para População Adulta com Deficiência

Centro de Actividades Ocupacionais – CAO

Estrutura destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave e profunda, com o objectivo de:

- estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;
- facilitar a sua integração social;

³ A tutela destas actividades está em processo de passagem do MTS para o ME.



- facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

(Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro e Despacho n.º 52/SESS/90, de 16 de Julho)

Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira

Resposta social desenvolvida em equipamento que proporciona, às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico à cegueira, bem como a sua integração familiar e social.

Lar Residencial

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro)

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas com deficiência a partir da idade adulta, quando se verificarem as seguintes situações:

- inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa adulta com deficiência;
- ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro)

Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sócio-cultural.

Serviços e Equipamentos para Idosos

Centro de Convívio

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos.

Centro de Dia

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.

Lar para Idosos

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.
(Despacho Normativo n.º 12/98, de 05 de Março)

Residência

Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

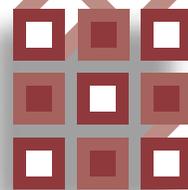
Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.
(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro)

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas idosas, quando se verificarem as seguintes situações:

- inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa idosa;



– ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro)

Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspectivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idoso ou para a família ou para outra resposta social de carácter permanente.

Centro de Noite

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex.: centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas actividades da vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

Serviços e Equipamentos para Família e Comunidade

Atendimento/Acompanhamento Social

Resposta social que visa apoiar as pessoas e famílias em dificuldade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico/utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua inserção, através, nomeadamente, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.

Centro de Alojamento Temporário

Resposta social desenvolvida em equipamento destinado a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente, população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar, preferencialmente, em articulação com outras respostas de carácter integrador.

Comunidade de Inserção

Resposta social desenvolvida em equipamento e que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de marginalização (nomeadamente sem-abrigo, ex-reclusos, mães solteiras).

Centro Comunitário

Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

Colónia de Férias

É uma resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores. Dirige-se a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade.

Refeitório/Cantina Social

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras desenvolvidas em ateliers.

Casa de Abrigo

Resposta social constituída por unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

Ajuda Alimentar a Carenciados

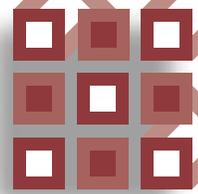
Resposta social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos.

Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes

Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua

Unidades de intervenção directa junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afectadas pelo fenómeno da toxicodependência, com o objectivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de acções articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento.

(Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março)



Apartamento de Reinserção Social

Unidades residenciais temporárias destinadas a apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimento da área da justiça, com problemas de reinserção, quer familiar, social, escolar ou profissional. (Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março)

Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/SIDA com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA que, por motivo de doença, não possam assegurar, temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária.

Residência

Resposta social a desenvolver em equipamento destinada a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico.

Serviços e Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Fórum Sócio-Ocupacional

Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido. (Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Vida Apoiada – UVAP

Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem

apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Vida Protegida – UPRO

Estrutura habitacional, destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicoses).

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Vida Autónoma – UVAU

Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Serviços e Equipamentos para Pessoas em Situação de Dependência

Apoio Domiciliário Integrado – ADI

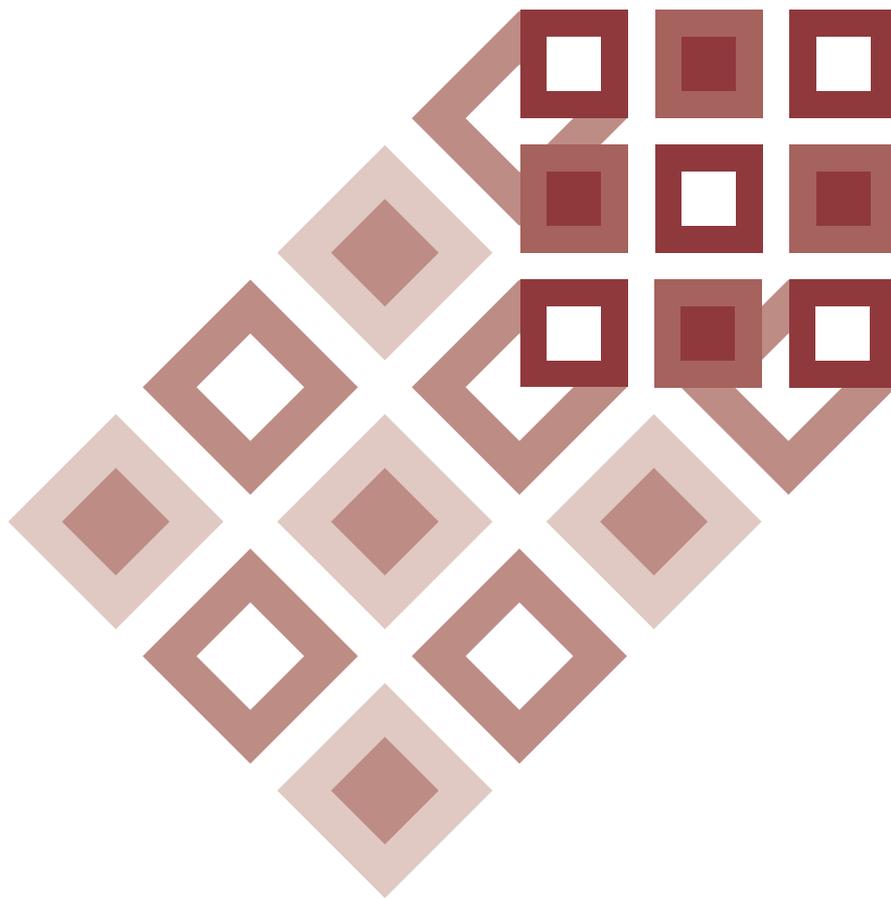
É um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio. Perspectiva-se como uma resposta charneira e prioritária cujo planeamento e avaliação cabe a uma equipa de cuidados integrados

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Apoio Integrado – UAI

É uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Portugal em Acção



Projecto apoiado pelo
Programa Operacional de Assistência
Técnica ao QCA III - eixo FSE